

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

PRISCILLA SILVA FASANELLA

**EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: DA PERSPECTIVA HISTÓRICA AO
CUMPRIMENTO DO ATUAL PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO**

**NITERÓI
2019**

PRISCILLA SILVA FASANELLA

**EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: DA PERSPECTIVA HISTÓRICA AO
CUMPRIMENTO DO ATUAL PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao programa de Graduação da
Faculdade de Educação da Universidade
Federal Fluminense de Niterói para
obtenção do Grau de Licenciatura em
Pedagogia.

Orientadora: Prof^a: Dr.^a Zuleide da Silveira

Niterói

2019

AGRADECIMENTOS:

Agradeço primeiramente a Deus por me proporcionar momentos ímpares e muito especiais durante toda minha vida.

Agradeço aos meus familiares: pais (Betânia e Ricardo), avós (Célia e Mário), tios (Rogéria e Ricardo) e primos (Maria Fernanda e Luiz Felipe) pela compreensão e incentivo em todos os momentos de angústia e dificuldade durante o processo de construção deste trabalho, além de todos os outros momentos em que precisei de apoio. Vocês são demais, obrigada por tudo!

Agradeço aos meus amigos (Marilene, Thaís, Thiago e Vinicius), alguns que dividiram comigo os anos maravilhosos em que estive na universidade e outros que pude desabafar e conversar em todos os momentos que precisei. Mas a todos pelos incentivos a todo momento. Em especial gostaria de agradecer às amigas (Bárbara, Ingrid, Mayara e Natália) que a universidade me deu, que foram e que são muito importantes na minha trajetória. Meninas, vocês são exemplos de mulheres independentes, fortes e de luta!

Agradeço ao meu namorado (Vitor) por toda a compreensão durante o processo de elaboração deste trabalho. Obrigada pela ajuda, pelos incentivos e pelas broncas quando necessário. Sempre que precisei você esteve por perto, fosse para um ombro amigo ou fosse para uma ajudinha. Te amo!

Agradeço à Universidade Federal Fluminense e aos seus professores que em sua imensa sabedoria puderam compartilhar seus aprendizados conosco, nos fazendo pensar e refletir sobre o mundo e a educação em que vivemos e que queremos. Através de vocês pude me tornar uma pessoa com senso crítico e capaz de sair da minha zona de conforto, capaz de me solidarizar mais com o próximo e de entender que precisamos lutar cada vez mais por nossos direitos.

Em especial, agradeço a minha orientadora Zuleide Silveira. Obrigada pela paciência, pela dedicação, pela parceria e por dividir esse trabalho comigo. Você é uma das melhores professoras que já tive o prazer de conhecer. Obrigada!

Educação não transforma o mundo.

Educação muda as pessoas.

Pessoas transformam o mundo.

Paulo Freire

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
CAPÍTULO I – RELAÇÕES ENTRE TRABALHO, DIREITOS E FRACASSOS ESCOLARES	8
1.1 – O TRABALHO COMO ATIVIDADE FUNDANTE E ESSENCIAL NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DO SER HUMANO	8
1.2 – O DIREITO À EDUCAÇÃO E A FORMAÇÃO PLENA DOS SUJEITOS	9
1.3 – O FRACASSO ESCOLAR: UM CAMINHO ABERTO PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	11
CAPÍTULO II – EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL	14
2.1 – A GÊNESE DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL	14
2.2 – A EDUCAÇÃO DE JOVENS E EDUCAÇÃO PENSADA A PARTIR E COM OS DE BAIXO	16
2.3 – A INVESTIDA DO NEOLIBERALISMO: A EJA NO CONTEXTO CONTRA REFORMISTA	19
2.4 – A EJA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO	21
2.4.1 – GOVERNO LULA	22
2.4.2 – GOVERNO DILMA	23
2.4.3 – DO ILEGÍTIMO MANDATO TEMER AO PRESIDENTE ELEITO: O QUE SE PODE ESPERAR DO FUTURO GOVERNO	25
CAPÍTULO III – O PROEJA E A META 10 DO PNE	30
3.1 – O PROGRAMA NACIONAL DE INTEGRAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL COM A EDUCAÇÃO BÁSICA NA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (PROEJA)	30
3.2 – O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (PNE)	36
3.3 – A META 10 DO PNE	37
3.3.1 – AS ESTRATÉGIAS	37
CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
REFERÊNCIAS	48

INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade de educação que sempre foi vista e tratada pelas autoridades como de caráter assistencialista e marcada pelo descaso: projetos e programas que não deram certo, pouca visibilidade e poucas ações fazem parte da história da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil durante esses anos. Ao contrário do que se apresenta, esse tipo de educação envolve muito mais do que somente aprender a ler e a escrever, a EJA envolve toda uma história dos que ali frequentam e todo um saber já compreendido durante uma longa caminhada por parte dos estudantes e que devem ser levados em consideração.

A escolha pela abordagem da temática para o desenvolvimento desta monografia se deu pelo interesse do tema Educação de Jovens e Adultos (EJA) quando presenciei, em 2010, na Fundação Bradesco, onde cursei o ensino médio, pessoas de mais idade estudando em espaço separado esta modalidade. Daí, surgiu a questão: muitas pessoas que não concluíram seus estudos nas séries regulares da educação básica. De que maneira o governo garante e efetiva a educação dessas pessoas?

Acreditamos que entender a modalidade da EJA que está sendo adotada pela política governamental é fundamental para respondemos à questão central deste trabalho monográfico de como o governo garante e efetiva (ou não) a educação das pessoas que precisam da EJA para concluir seus estudos e perseguirmos o nosso objetivo.

A presente pesquisa tem como objetivo analisar os limites e perspectivas da concretização da Meta 10 do Plano Nacional de Educação (PNE 2014–2024) na modalidade da Educação de Jovens e Adultos.

A pesquisa tem como campo empírico os documentos oficiais do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), bem como o Plano Nacional de Educação (PNE), além da Constituição de 1988, leis e decretos. Nosso ponto de partida encontra-se na década de 1940, de modo a resgatar a historicidade do desenvolvimento da Educação de Jovens e Adultos, no Brasil, buscando entender o que muda e o que permanece no atual Plano Nacional de Educação (2014–2024).

Esta monografia está estruturada em três capítulos. No primeiro, buscamos contextualizar a Educação de Jovens e Adultos no Brasil de acordo com uma perspectiva histórica. Dessa forma, focamos em entender a relação que se estabelece

com o trabalho em sua dupla dimensão, os direitos dos educandos a uma educação de qualidade e como o fracasso escolar acaba se tornando um caminho para a educação de jovens e adultos.

No segundo, buscamos abordar, em um primeiro momento, a história da educação de jovens e adultos no Brasil desde a década de 1940 até os dias atuais. Nesse momento do trabalho é possível nos situarmos na história da EJA de acordo com os acontecimentos históricos, com as propostas e com os encaminhamentos que foram dados à modalidade. No segundo momento, buscamos analisar os acontecimentos na educação em geral e na educação de jovens e adultos no Brasil contemporâneo. Para isso, perpassamos os governos de Lula da Silva, Dilma Rousseff e a transição do ilegítimo governo de Michel Temer ao futuro presidente eleito Jair Bolsonaro. Nesse capítulo é possível encontrar uma pequena análise do que os governos fizeram para a educação e para a EJA no Brasil e o que podemos esperar do novo governo eleito.

No terceiro capítulo procuramos realizar a análise documental do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) e do Plano Nacional de Educação (PNE). Nos aprofundamos na meta 10 do PNE, a qual deve oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional. Buscamos trazer os resultados de quatro anos de vigência da meta 10 do PNE e a maneira que isso se caracteriza para o cumprimento ou não do Plano.

Para dialogarmos sobre todas essas questões buscamos trazer autores como Andrade (2015), Aranha (1986), Carvalho (2011), Freitas (2007), Frigotto (2001), Julião, Beiral e Ferrari (2017), Leher, Vittoria e Motta (2017), Manacorda (2007), Melo e Sousa (2017), Montalvão (2010), Paiva (2007), Romero (2011), Rummert (2007), Rummert e Ventura (2007), Santos e Grossi (2010), Saviani (2007), Silveira (2010), Silveira e Ciavatta (2010), Ventura (2011), entre outros.

CAPÍTULO I - RELAÇÕES ENTRE TRABALHO, DIREITOS E FRACASSOS ESCOLARES

Neste primeiro capítulo buscamos contextualizar a Educação de Jovens e Adultos no Brasil a partir de uma perspectiva histórica, de modo a entender a relação que estabelece com o trabalho em sua dupla dimensão, os direitos dos educandos a uma educação de qualidade e como o fracasso escolar acaba se tornando um caminho para a educação de jovens e adultos.

1.1 – O TRABALHO COMO ATIVIDADE FUNDANTE E ESSENCIAL NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DO SER HUMANO

Estamos inseridos em uma época marcada por mudanças tecnológicas, culturais, políticas e socioeconômicas muito fortes que acabam por determinar quesitos pelo quais os indivíduos acabam perpassando para que possam exercer plenamente sua cidadania, inserindo-se no mundo do trabalho.

Saviani, em um de seus estudos, começa afirmando que “trabalho e educação são atividades especificamente humanas” [...] e que “na definição de homem mais difundida (animal racional), o atributo essencial é dado pela racionalidade” (SAVIANI, 2007, p. 152-153). Já que o homem é um ser racional e se utiliza dessa razão para sobreviver, Saviani afirma que

o ato de agir sobre a natureza transformando-a em funções das necessidades humanas é o que conhecemos com o nome trabalho. Podemos, pois, dizer que a essência do homem é o trabalho. A essência humana não é, então, dada ao homem; não é uma dádiva divina ou natural; não é algo que precede a existência do homem. Ao contrário, a essência humana é produzida pelos próprios homens. O que o homem é, é-o pelo trabalho. A essência do homem é um feito humano. É um trabalho que se desenvolve, se aprofunda e se complexifica ao longo do tempo: é um processo histórico (SAVIANI, 2007, p. 154).

Pautado nos trechos acima, pode-se dizer que há uma estreita ligação entre trabalho e educação (escola), onde esta última é considerada por potencializar a primeira. Sendo assim, a partir do momento em que o homem adapta a natureza a si é que se constitui o que chamamos de trabalho, ou seja, é através deste que o homem produz sua própria existência. Mas, o trabalho, além de transformar a natureza,

transforma também o próprio homem. Isto significa que através do trabalho o homem se autoproduz, ou seja, desenvolve habilidades tais como relacionar-se com outros indivíduos e aprender a conhecer suas próprias forças e limitações, por exemplo. Dessa forma, “o homem não é sempre o mesmo, pois o trabalho altera a visão que ele tem do mundo e de si mesmo” (ARANHA, 1986, p. 56).

De acordo com Frigotto (2001), nos últimos três séculos o trabalho esteve regulado pelas relações sociais capitalistas, e com isso as desigualdades sociais estão cada vez mais acentuadas. Vemos que a realidade nas condições de acesso à escola e na extensão da escolaridade dos indivíduos acaba por refletir os altos números de analfabetos e desempregados no país. Hoje, nos deparamos cada vez mais com a realidade de crianças e jovens que pertencem às famílias de baixa renda abandonando a escola e os estudos com a necessidade de trabalhar para contribuir na renda familiar. Vemos assim que a educação e o trabalho, mesmo que de uma forma “negativa”, andam lado a lado. Para isso, é preciso que educação e trabalho andem lado a lado de forma positiva, onde uma seja impulsionada pela outra e cumpra seu papel de forma plena. De acordo com isso destacamos o trecho abaixo, onde diz que

não se trata, portanto, *da escola e do trabalho*, mas de uma escola cujo vetor de organização política e técnica são as próprias relações sociais de produção vividas concretamente pela classe trabalhadora e onde o trabalho se constitui no princípio educativo fundamental (FRIGOTTO, 2001, p. 226).

1.2 – O DIREITO À EDUCAÇÃO E A FORMAÇÃO PLENA DOS SUJEITOS

Hoje a obrigatoriedade do direito à educação pública e gratuita a todos é garantido pela Constituição Federal de 1988 (Art. 208), diferentemente das décadas anteriores, onde se assegurava o mínimo à educação assim como se adequavam projetos educacionais aos diferentes níveis e modalidades de ensino para um determinado fim. De acordo com PAIVA (2007), pela formulação constitucional e o direito como um caminho para concretização da democracia educacional instaura não apenas para as crianças, mas principalmente para os jovens e adultos, um novo capítulo na educação brasileira.

A educação de jovens e adultos nem sempre foi vista e tratada como direito, mas sim como compensação. Dessa forma, entre ajustes e reajustes, no que diz respeito a

EJA, os pensamentos que rondavam o governo eram voltados para que esses jovens e adultos fossem livres para decidir pela sua educação ou não, assim, o Estado caracterizava-se como “mocinho” da história deixando a cargo da população aceitar ou não os estudos. Portanto, “garante-se o direito para todos, mas se deixa ao livre arbítrio, no caso de jovens e adultos não escolarizados na chamada “idade própria”, [...] o direito de escolha para decidir pela assunção da oferta” (PAIVA, 2007, p. 3).

Historicamente, a procura pela educação de jovens e adultos nunca foi expressiva justamente pelos rótulos que os indivíduos carregam ao que significa ser analfabeto e muitas vezes tentam esconder tal posição. A desonra que vitima esse sujeito duplamente, por ser analfabeto e por ser posto como culpado do seu não-saber, carrega a não consciência do direito e quando a oportunidade reaparece é tida como prêmio. Dessa forma,

para a lógica do poder que rejeita e nega o direito a esses jovens e adultos, é confortável que assim seja, porque a demanda permanece contida pela opressão do próprio estigma, sem que haja cobrança dos beneficiários do direito quanto a políticas públicas que traduzam esse direito em oferta (PAIVA, 2007, p. 3).

Ainda que não suficiente, o direito à educação, tem existido como princípio a ideia de educação como condição necessária para ser pensado um modelo democrático de sociedade, onde o dever do Estado é garantir esse direito. Mas, para que o direito se estabeleça na prática, é preciso mais do que uma declaração legal.

Quando falamos em mudança para a educação de jovens e adultos, estamos falando e defendendo políticas públicas que sejam universais, a não elitização de escolas, o atendimento preferencial para as classes populares, a educação não-fragmentada, a articulação com seu trabalho e a articulação com a educação básica, por exemplo. Nosso país, historicamente, sofre com séculos de exclusão e ainda hoje vivemos o reflexo dessas discrepâncias sociais e regionais na educação. Para que possamos construir juntos uma nova realidade na educação, onde esta seja pública, laica, gratuita e de qualidade precisamos lutar por uma realidade mais justa e solidária. Para que alcancemos isso,

como direito humano, busca-se legitimar para a educação a ontologia do ser social, entendendo-se que, mais do que uma construção da história, ela significa um atributo da própria humanidade dos sujeitos, sem o qual homens e mulheres não se humanizam completamente. É por meio dos direitos humanos que o valor da liberdade passa a ser

posto no horizonte como fundamento essencial da vida, cuja realização exige regras e formas de convivência capazes de garantir a igualdade para todos os sujeitos. O modo possível de operar com essa igualdade tem sido defendido pela democracia como valor universal (PAIVA, 2007, p. 7).

1.3 – O FRACASSO ESCOLAR: UM CAMINHO ABERTO PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

De acordo com ANDRADE (2015), o fracasso escolar no Brasil configurou-se no final do século XX quando a população das classes populares tiveram acesso à escola. O acesso à escola para todos foi uma luta e conquista dos trabalhadores, e esta está garantida em lei pela Constituição Federal de 1988.

O fato de o direito à educação para todos estar garantido em lei, não significa que todos tenham realmente acesso à educação e muito menos o direito à permanência nas escolas. Ainda hoje, enquanto país, sofremos com as evasões e a repetências (exclusões objetivas) porque a essência da escola não é alterada, o que cria a autoexclusão do indivíduo em séries regulares da educação básica (exclusão subjetiva), onde a responsabilidade da exclusão recai sobre o próprio excluído.

Concordamos com FREITAS (2005) quando ele diz que há uma disputa pelos espaços escolares, o que acaba refletindo diferentes perspectivas de educação e a atribuição de diferentes finalidades educativas. Os tempos e espaços escolares são contraditórios e tensos, assim como a sociedade que a cerca. Portanto, é preciso “tornar o sistema educacional um sistema justo em meio a uma sociedade que aprofunda a injustiça do lado de fora da escola” (FREITAS, 2002, p. 300).

Grande parte dos problemas enfrentados hoje na educação básica tiveram origem no próprio modelo ideológico do *projeto liberal hegemônico* (FREITAS, 2007), onde reduz a qualidade da educação a acesso como primeira etapa de universalização. Para os liberais pode-se admitir igualdade de acesso, mas não igualdade de resultados. Dessa forma, a estratégia liberal é falha porque responsabiliza apenas um lado, o da escola, e desresponsabiliza o Estado de suas políticas.

Para eles, os resultados dependem de esforço pessoal, uma variável interveniente que se distribui de forma “naturalmente” desigual na população, e que deve ser uma retribuição ao acesso permitido. Eles não podem aceitar que uma espécie de “acumulação primitiva” (Marx) ou um ethos (Bourdieu) cultural sequer interfira com a obtenção dos

resultados do aluno. Se aceitassem, teriam de admitir as desigualdades sociais que eles mesmos (os liberais) produzem na sociedade e que entram pela porta da escola (FREITAS, 2007, p. 968).

Quando falamos de desigualdade escolar, e conseqüentemente, muitas vezes, de evasão escolar, estamos falando também da desigualdade socioeconômica que acompanha esse estudante das camadas populares da sociedade. O acesso à educação perde o sentido sem a real qualidade empregada a ela. Entregar a escola à lógica mercadológica, por exemplo, não é o caminho para se ter uma boa qualidade na educação. Para FREITAS (2007), o caminho para que tenha o resultado esperado é a institucionalização de escolas para ricos e escolas para pobres. Assim, “o sistema terá criado um corredor para atender as classes mais bem posicionadas socialmente, o que será, é claro, atribuído ao mérito pessoal dos alunos e aos profissionais da escola”.

As dificuldades para a melhoria da qualidade na escola advêm da própria concepção de escola que se tem e de como se concebe a possibilidade de aumentar essa qualidade atualmente: por adição de controle sobre a escola (especialistas supervisionando professores, controle do currículo, avaliação interna e externa) e por adição de tecnologia (treinamento, equipamentos, infra-estrutura etc.). Esta é a forma mais “avançada” pela qual o capitalismo consegue imaginar a “escola de qualidade”. Ela é herdeira de como ele vê a melhoria nas outras instituições sociais, em especial nas empresas – troca da base tecnológica e da forma de gestão da força de trabalho (FREITAS, 2002, p. 302).

Para FREITAS (2007) o fracasso escolar é a junção de dois fatores: os pedagógicos, internos à escola e os sociais, externos à escola. Esses dois fatores são dialéticos, visto que o fracasso não acontece sem que um esteja atrelado ao outro. Para combater isso “as políticas de equidade devem ser associadas às políticas de redução e eliminação das desigualdades sociais, fora da escola”. Dito isso, fica registrada a importância de refletir sobre as suas relações para que a escola possa

desempenhar o seu papel de mediadora no processo de transmissão-assimilação do conhecimento científico, de forma que venha a auxiliar no desenvolvimento de cidadãos críticos, capazes de contribuir para a transformação dessa sociedade, em uma sociedade realmente democrática (ANDRADE, 2015, p. 12).

Segundo NAGEL (1989) *apud* ANDRADE (2015), o descompromisso de muitos e a responsabilização de poucos com aquilo que deveria ser transformado na e

para a educação, acaba por refletir a realidade existente de uma sociedade organizada em classes sociais e que reflete as contradições nelas gravadas.

Infelizmente a pobreza ainda está muito presente nos ambientes escolares e é maquiada com resultados de provas e índices que dizem medir a qualidade do ensino e das escolas. Enquanto isso, os estudantes mesmo dentro de ambientes escolares são excluídos pelo sistema e assim “o fracasso escolar impede o homem de ser mais, pois lhe é negado o acesso ao saber, sem o qual não terá condições de lutar por sua libertação” (ANDRADE, 2015, p. 13).

A exclusão pode não ser física, mas ela pode acontecer no interior das salas de aula e das escolas, assim como ser internalizada de forma econômica e política. Enquanto ainda houver exclusões e fracassos no ensino regular, teremos cada vez mais indivíduos a procura da educação de jovens e adultos, oportunidade essa de reestabelecer os seus estudos, e com isso teremos que ter políticas públicas eficazes para que esta modalidade de ensino seja pensada e operacionalizada da melhor maneira possível para os sujeitos que a pertencem.

Agora, convido você, leitor, a conhecer um pouco mais sobre a história da educação de jovens e adultos no Brasil e também um pouco mais sobre os governos do cenário contemporâneo, acompanhando, no decorrer do segundo capítulo, a trajetória que a EJA traçou durante esses anos.

CAPÍTULO II - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL

Neste segundo capítulo buscamos trazer para a discussão o cenário desde a década de 1940 até o cenário contemporâneo do Brasil acerca da Educação de Jovens e Adultos. Para isso trouxemos para a discussão alguns governos e seus programas para a educação na modalidade de EJA.

2.1 – A GÊNESE DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL

No final da década de 1930 e início da década de 1940 o Brasil estava se industrializando, e com a Reforma Capanema¹ uma política de educação dual, entretanto dialética, reduzia-se à precária e insuficiente a demanda de inclusão no sistema educacional, que era controlado pelas elites. Neste momento da História, a Educação de Jovens e Adultos tem seu início no Brasil como política pública após a 2ª Guerra Mundial, e tinha o intuito de formar a classe operária já ingressa no mercado de trabalho para que os mesmos pudessem votar e também contribuir com a urbanização.

O meio pelo qual esses adultos tinham acesso à educação era através das escolas que ficavam localizadas nas próprias empresas onde trabalhavam. Os donos das usinas mantinham essas escolas com o intuito de que seus operários pudessem aprender instruções básicas como ler, escrever e contar para que pudessem entender o modo de funcionamento de uma fábrica e saber como utilizar o maquinário necessário para suas funções. Outra forma como a educação estava sendo empregada e que interessava bastante os proprietários dessas fábricas, era a educação como disciplina. Digamos que essa seria uma forma “educada” de controlar os operários mantendo a ordem tal qual o empregador achasse pertinente.

Em meados da década de 1940, quando chega ao fim o governo de Getúlio Vargas (que durou mais de 10 anos), o Governo Federal começa a projetar uma reorganização da sociedade pensando na remontagem dos partidos políticos e na forte industrialização que já acontecia nas grandes cidades. Com esses movimentos acontecendo, o governo começa a mexer e a pensar em estratégias para a até então, Educação de Adolescentes e Adultos.

¹ Realizada durante a Era Vargas (1930-1945) foi o nome dado à reforma do sistema educacional brasileiro comandado por Gustavo Capanema, então ministro da educação. A Reforma Capanema teve como objetivo projetar grandes transformações no sistema educacional brasileiro, dentre elas a educação primária, a educação secundária, a educação superior e a educação profissional.

Em 1944 foi oficialmente inaugurada a Escola Técnica Nacional, com a presença do então presidente Getúlio Vargas e do ministro Gustavo Capanema. Nomeado pelo presidente como diretor da Escola Técnica Nacional, Celso Suckow da Fonseca buscou unir a escola ao mundo da produção. Pode-se afirmar que os cursos-pilotos eram oferecidos em dois níveis de ensino: cursos industriais básicos e cursos industriais técnicos.

A Escola Técnica Nacional foi a primeira escola da rede nacional de escolas técnicas, e se caracterizou como uma das principais instituições de ensino profissional no Brasil. O novo cenário político e socioeconômico do país para a formação de profissionais para a indústria foi ajustado por Celso Suckow da Fonseca.

Podemos destacar alguns pontos principais que evidenciaram esse movimento, tais como: criação dos Cursos de Aperfeiçoamento ou Cursos de Continuação com carga horária reduzida (3 ou 6 meses) oferecidos a jovens e adultos sem escolaridade, organizações de apresentações artístico-culturais e as práticas esportivas, implementação do Caixa Escolar que amparava financeiramente alunos mais necessitados, criação de grupos de estudos que auxiliavam os alunos em suas dificuldades, críticas às baixas remunerações dos professores (o que poderia estar comprometendo a qualidade da educação) e alteração curricular dos cursos industriais básicos e técnicos.

Em face do desenvolvimento das forças produtivas, à expansão industrial no país, e, ainda, à necessidade de o parque industrial se adaptar às novas tecnologias, a política de formação profissional torna-se, cada vez mais, mediação no sentido de prover o Estado de mão de obra especializada. Por conseguinte, para que o desenvolvimento econômico do país se tornasse realidade, o Estado *provedor* a industrialização estimulou a formação de mão de obra para a indústria, buscando incrementar a matrícula nas escolas técnicas da rede pública e privada (SILVEIRA e CIAVATTA, 2010, p. 31).

Em paralelo à Guerra Fria e sob sua influência a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), estimulou a criação de campanhas para a alfabetização em massa e aligeiradas de adultos que ocorreu entre os anos 1940 e início dos anos 1960. Porém, essas campanhas foram extintas em 1963 com a descentralização nas Leis de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) contando com diversas críticas.

Com esse novo projeto para o Brasil, pensava-se uma forma de organizar a sociedade de forma que a prioridade fosse da indústria. Além da população do campo os espanhóis e italianos, por exemplo, estavam imigrando para as cidades. Com esse movimento, em 1947, foi criada a campanha *Educação de Adolescentes e Adultos* para o campo, para o meio rural. Concomitante a esse movimento, o Governo Federal começa ajudando a construir mais escolas para as crianças nas grandes cidades. Com o esvaziamento dessas campanhas, na década de 1950, o então Ministério de Educação e da Saúde cria a *Campanha de Educação Rural* que tinha como objetivo ensinar e orientar a população sobre higiene e saúde. Essa campanha não foi direcionada para todas as regiões do país.

2.2 – A EDUCAÇÃO DE JOVENS E EDUCAÇÃO PENSADA A PARTIR E COM OS DE BAIXO

Quando Juscelino Kubitschek, em meados dos anos 50 entra no poder, no que diz respeito à agora Educação de Jovens e Adultos, a proposta era de uma educação voltada para a formação de mão de obra para que pudesse haver o desenvolvimento². Com a proposta de investimento em educação direcionada para formar profissionais que pudessem contribuir para o desenvolvimento do país

o plano de metas de Juscelino Kubitschek, empenhado em acelerar o desenvolvimento econômico nacional, pouco havia deixado para a educação, restando a este setor apenas 3,4% dos investimentos previstos e uma única meta, relativa ao ensino técnico. O empenho do Ministério da Educação com relação à LDB, de certa forma, vinha compensar o descaso do Poder Executivo em integrar a educação à política desenvolvimentista (MONTALVÃO, 2010, p.30).

Durante esse período o meio cultural veio ganhando bastante força em todos os setores e se desenvolvendo através da música, do teatro, da arte e do cinema. Foi nesse período também que o meio rural começou a pensar e criar seus primeiros sindicatos. E, para fechar a parte histórica da década de 1950, as duas grandes campanhas mencionadas anteriormente, voltadas para o público adulto cada vez mais foram ficando esvaziadas. Na virada da década de 1950 para a década de 1960, acontece uma grande

² Entenda-se *desenvolvimento* como crescimento que tem como objetivo a industrialização, ou seja, o desenvolvimento econômico.

discussão sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, já mencionada nos escritos anteriores.

Na década de 1960 foram criadas algumas experiências da Educação de Jovens e Adultos que tratavam da valorização do indivíduo no processo político e, também cultural e social. Com a nova LDB, a partir de 1961 os Estados e as prefeituras já podiam ter seus sistemas próprios de ensino. Com isso, tivemos um movimento onde as prefeituras de duas grandes cidades (Recife e Natal) ouviram, pensaram e planejaram junto aos seus cidadãos uma melhor proposta de educação, já que era essa a maior reivindicação da população naquela época.

Em Recife tivemos o treinamento de professoras e, com verbas da prefeitura, a montagem de escolas em instituições que não seriam destinadas a educação, como por exemplo, igrejas e clubes. Ainda em Recife, para os adultos foram organizadas as *Praças de cultura* que reuniam crianças, jovens e adultos para montagem de artesanatos e trabalhos manuais que destacavam suas raízes culturais. Já em Natal, iniciou-se a campanha *De pé no chão também se aprende a ler* que por dificuldades financeiras foram construídos acampamentos onde se alfabetizava crianças e adultos da classe popular.

Além dos dois movimentos mencionados acima, ainda em 1961, surgiu o Movimento de Educação de Base (MEB) que contava com o apoio da Igreja Católica e com o patrocínio do governo federal. Esse movimento teve sua origem na educação radiofônica e a campanha se intitulava como neutra, apesar de ter ideias anticomunistas e políticas conservadoras. Apesar de ter como objetivo a ascensão social através da educação, seu sucesso foi mais efetivo na politização do que na alfabetização.

Nessa época Paulo Freire começou, em Recife, um processo de alfabetização de adultos através da cultura popular com a população rural. O educador utilizava materiais diferenciados das propostas de educação que precederam a história da EJA. Eram utilizados cartilhas e materiais audiovisuais que faziam parte da realidade e do cotidiano dos educandos. Esse período foi um período de possíveis mudanças com a contribuição das ideias de Paulo Freire³ para a educação com pensamentos libertadores e críticos, visando a evolução do indivíduo e não uma educação “conteudista” e bancária.

³ A experiência de Alfabetização de Adultos em Angicos, no Rio Grande do Norte, em 1963, liderada por Paulo Freire, representou um marco na história da EJA no Brasil, e se ampliou de tal forma que o Método Paulo Freire, como ficou popularizado, foi absorvido pela maior parte dos movimentos como um instrumento valioso para a realização dos seus respectivos projetos. (VENTURA, 2011, p. 65, *apud* BEISIEGEL, 1974, SP).

Ainda em apoio à Educação de Jovens e Adultos como “um espaço de ação e luta popular” (VENTURA, 2011, p. 64) houve a criação de movimento e de campanha com o apoio da União Nacional dos Estudantes (UNE) visando este modelo de educação, mas entre os anos de 1961 a 1964, com a ditadura militar, esses movimentos educacionais foram colocados na clandestinidade, voltando a vigorar uma ideia de educação com caráter técnico. Quase todos os movimentos de educação que tiveram início na década de 1940, foram radicalmente cortados e extintos em dias quando o golpe militar aconteceu em 1964. Entre os movimentos de educação popular,

a ditadura civil-militar permitiu a sobrevivência apenas do MEB, sob o custo da ruptura com os compromissos da educação da classe que vinha desenvolvendo a da revisão dos seus pressupostos teóricos e metodológicos, além da sua mudança geográfica (deslocamento do Nordeste para a Amazônia) (VENTURA, 2011, p. 66).

Ainda em 1964 foram encerrados os processos de movimentos populares e culturais de educação. Em seguida, o governo estadual junto ao governo federal (MEC) lançou o primeiro programa de educação para adultos, chamado Cruzada Ação Básica Cristã (ABC). Este tinha o objetivo de oferecer uma orientação profissional e educação continuada, mas que na verdade limitou-se ao assistencialismo e foi extinto no ano de 1971. O movimento ABC era de direita e bebia na fonte do cristianismo, sendo contra a esquerda e a favor dos militares.

O segundo programa criado foi o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), que tinha como objetivo apoiar técnica e financeiramente programas de alfabetização. Esse movimento cresceu por toda década de 1970, se estendendo por 15 anos. O Mobral possuía materiais e técnicas pedagógicas que conversavam com as concepções que Paulo Freire defendia, mas não possuíam sua ótica problematizadora. Não obtendo resultados satisfatórios o Mobral foi extinto em 1985, e substituído pela Fundação Educar (1986) que, salvo algumas mudanças significativas⁴, representou a continuidade do Mobral. A Fundação Educar foi extinta em 1990 e

com a extinção do órgão, a maior parte das atividades da EJA, no âmbito governamental, ficou praticamente suspensa, dada a precariedade de recursos, de incentivos e até mesmo de apoio técnico, sendo visível a progressiva indiferença pela educação de jovens e

⁴ A Fundação Educar não era mais subordinada à estrutura do MEC. Sua transformação em órgão de fomento e apoio técnico não abarcava mais uma instituição de execução direta. (VENTURA, 2011, p. 71)

adultos na política educacional, à medida que o país se redemocratizava (VENTURA, 2011, p. 71).

A terceira ação foi a criação dos supletivos que tinham uma perspectiva de educação para a classe trabalhadora centrada na alfabetização e uma preparação rápida para o trabalho. Com a regulamentação da Lei nº. 5.692/1971, falava-se em Ensino Supletivo pela primeira vez na história, e com isso a Educação de Jovens e Adultos contou com um capítulo próprio em sua própria legislação e deixou de ser vista e tratada como apêndice da estrutura da educação regular. Este programa teve grande influência do Sistema “S” de ensino (Senai, Senac, Senar), que visava formar para o exercício do trabalho simples. Mais tarde, em 1996, o supletivo seria extinto.

Na década de 1980 retomou-se a abordagem freiriana que, tinha como objetivo se apropriar de uma formação omnilateral⁵ do indivíduo. Elementos importantes da educação foram incorporados na Constituição de 1988, como por exemplo, retirar a educação do caráter assistencial e colocá-la como “direito de todos e dever do Estado e da família [...]” (art.205) e também a obrigatoriedade da educação independentemente da idade do estudante.

2.3 – A INVESTIDA DO NEOLIBERALISMO: A EJA NO CONTEXTO CONTRA REFORMISTA

Na década de 1990, com o governo Collor, a EJA começou a ter alguns retrocessos tais como: promessas feitas e não cumpridas, e um Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania (PNAC), que tinha um discurso de combate ao analfabetismo, não vingou antes mesmo de sua implementação. Cortes de recursos no orçamento foram feitos nesta modalidade, fazendo com que sua importância fosse reduzida no e para o Ministério. No governo Itamar Franco, entre 1992 a 1995, estabeleceu-se o *Plano Decenal de Educação para Todos* que pretendia escolarizar cerca de 8,3 milhões de jovens e adultos. Esse plano foi um fracasso, e assim como o PNAC, seu escopo não saiu do papel.

⁵ A onilateralidade é, portanto, a chegada histórica do homem a uma totalidade de capacidades produtivas e, ao mesmo tempo, a uma totalidade de capacidades de consumo e prazeres, em que se deve considerar sobretudo o gozo daqueles bem espirituais, além dos materiais, e dos quais o trabalhador tem estado excluído em consequência da divisão do trabalho. (MANACORDA, 2007, p. 89-90)

Com a alteração da Emenda Constitucional de 1996 a Educação de Jovens e Adultos sofreu uma desqualificação suprimindo a obrigatoriedade da oferta de educação pelo poder público e, com isso, o Estado se esquivou de algumas responsabilidades. Com esse papel desempenhado pelo Estado, a EJA acabou por transferir as suas responsabilidades para a esfera privada. Em meados da segunda metade dos anos 90, houve uma fragmentação das ações e uma divisão de tarefas entre o MEC e o Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE). Com isso

a educação profissional passou a ser um processo de educação permanente, aberto aos egressos da escola formal (ensino fundamental, médio e superior) e aos trabalhadores em geral (independente da escolaridade), vinculando-se direta e imediatamente ao mundo do trabalho (VENTURA, 2011, p. 80).

No final da década de 1990 a Educação de Jovens e Adultos era diversificada e não seguia uma lógica contínua, sendo oferecida tanto pelo âmbito privado quanto pelo âmbito civil. As ações governamentais estavam divididas por muitos Ministérios, o que acabava reafirmando a posição de muitas pessoas, de que a EJA não é tão importante para o governo se preocupar. Ao longo desta década ficou muito claro o descaso e a falta de compromisso do Estado para com esta modalidade. Destacamos a citação abaixo, com um resumo do que foi a década de 1990 para a Educação de Jovens e Adultos:

A reiteração da histórica descontinuidade e da falta de efetivo compromisso com a modalidade, e a pulverização da oferta e a baixa complexidade do que era oferecido, negando a apropriação das novas tecnologias e das novas formas do processo de trabalho aos estudantes jovens e adultos trabalhadores (VENTURA, 2011, p. 82).

Assim, podemos concluir que a Educação de Jovens e Adultos passou por muitos caminhos até chegar ao que conhecemos hoje. Vimos que durante a década de 1930, na Constituição Federal de 1934, o ensino primário passa a ter obrigatoriedade e ser oferecido gratuitamente no Brasil, porém a oferta ainda era muito primária, considerando os altos índices de analfabetismo no país.

Além disso, a criação do Fundo Nacional do Ensino Primário (FNEP) em 1942, que só teve funcionamento efetivo em 1946, pode ser considerada um marco na política

pública de educação de adultos. Apesar disso, não foi suficiente para expandir o ensino elementar, devido à falta de escolas e vagas, como também pela qualidade do ensino.

Algumas campanhas e programas para a alfabetização de jovens e adultos foram criadas durante os anos. Com poucos recursos e incentivos do Estado, as medidas tomadas para a EJA foram, em sua maioria, pensadas e postas em prática pela sociedade. Esse modelo de ensino, como vimos, era caracterizado por ser difundido em massa e de forma aligeirada.

Observamos que no final da década de 1950 e início da década de 1960, houve uma nova perspectiva na educação brasileira, que foi fundamentada pelas experiências desenvolvidas por Paulo Freire. Ele desenvolveu uma educação de jovens e adultos voltada para as demandas e necessidades das camadas populares, ou seja, a partir de sua história e de sua realidade. Essa perspectiva também está associada a um contexto de efervescência de movimentos sociais, políticos e culturais.

Sendo assim, quando analisamos a trajetória histórica da Educação de Jovens e Adultos, temos uma referência do que ela foi, de como ela foi tratada e de como ela foi e ainda é vista por muitos. Entendendo seus propósitos, é necessário romper com a proposta assistencialista que há décadas é posta a esta modalidade e lutar por transformações na estrutura dessa sociedade.

2.4 – A EJA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

De acordo com o que vimos anteriormente, a educação de jovens e adultos percorreu muitos caminhos até hoje, sejam eles sociais, políticos ou culturais. Com a criação de algumas campanhas e programas pelos governos anteriores, foi escrita uma história da EJA até então.

Para que possamos prosseguir com nosso estudo, iniciamos um a seguir um resumo da educação e da EJA no Brasil contemporâneo de modo que possamos entender onde estamos situados hoje e o que podemos encontrar daqui para frente.

2.4.1 – GOVERNO LULA

O governo Lula da Silva (2003-2010), em contraposição ao governo anterior (Fernando Henrique Cardoso – 1995-2002), deu mais atenção no que se diz respeito à transferência de renda aos setores mais pobres da população. Podemos destacar o Programa Bolsa Família, o aumento significativo do salário mínimo e o investimento em áreas sociais. Porém, precisamos deixar claro que, assim como houve melhora em alguns aspectos, outras questões como o pagamento de dívidas internas e externas, por exemplo, continuaram a ser negociados, o que prova que essa gestão teve dois lados.

Direcionando nosso foco para a educação, mais precisamente para a Educação de Jovens e Adultos, o governo Lula foi um período em que se acreditou que a EJA realmente pudesse ter algum reconhecimento e pudesse ser tratada como uma modalidade de educação importante no e para o Brasil.

De certo tivemos políticas educacionais que intensificaram ações para a Educação de Jovens e Adultos, mas como não se constituíram em políticas de Estado “a matriz construída na década anterior não foi superada, pois se mantiveram os vícios estruturais: a oferta permaneceu fragmentada e a formação aligeirada” (VENTURA, 2011, p. 85). Mas, apesar desse cenário a modalidade conseguiu alguns ganhos, tais como: apoio federal à produção e compra de materiais didáticos para trabalhar na EJA e inclusão da EJA no Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb). Ainda que tenha sido um percentual baixo, garantiu-se a inclusão da modalidade no financiamento público da educação básica.

Dessa forma, foram priorizadas para a EJA programas de menor legitimidade vinculados à educação profissional. Os mais expressivos foram: *Programa Brasil Alfabetizado* (ação voltada para cursos de alfabetização de jovens e adultos), *Projovem Integrado* (ação voltada à conclusão e certificação do ensino fundamental articulada à formação profissional inicial para pessoas de 18 a 29 anos) e *Proeja*⁶ (cursos de elevação de escolaridade nas etapas do ensino fundamental e médio integrados com a educação profissional, nos níveis de formação inicial e continuada ou qualificação profissional e de educação profissional técnica de nível médio, na modalidade de EJA).

Destacam-se como aspectos positivos a esses programas: as formações continuadas dos professores, cursos de extensão e financiamento de pesquisas sobre educação profissional integrada à EJA. Como aspectos negativos destacam-se: altos

⁶ Trataremos do *Proeja* no próximo capítulo.

índices de evasão escolar, visão elitista dos profissionais da rede federal, baixa exigência de recursos materiais e humanos e ausência de discussões sobre currículo integrado.

Analisando a trajetória da EJA no Brasil apresentada no capítulo anterior podemos constatar que a educação para jovens e adultos sempre foi vista com caráter assistencialista e tratada através de ações e/ou programas especiais, que nunca deram lugar a uma política pública de estado com efetivação social e responsabilidade efetiva por parte do governo. Ainda hoje, a EJA é menosprezada e ignorada por muitos governantes. Posta em segundo plano por muitas pessoas, suas salas de aula estão cada vez mais vazias de jovens e adultos que poderiam ter o direito a uma educação de qualidade se esta fosse tratada com sua devida importância. Dessa forma, concordando com as autoras abaixo, chegamos a conclusão que

embora vejamos ampliado o arco de ações no âmbito da EJA, o mesmo permanece centrado nas políticas focais, fragmentadas e fragmentadoras do tecido social. Nelas se verifica a clara difusão da falsa premissa de que, como assinalou Marx (1984), a força de trabalho, tomada como mercadoria, é capaz, ela própria, de ampliar suas possibilidades de exploração pelo capital (RUMMERT e VENTURA, 2007, p. 34).

Com o intuito de ampliar e gerar *certificações vazias*, os trabalhadores continuam não tendo acesso ao conhecimento de fato e essas práticas acabam estimulando o caráter competitivo, capitalista e individual desses profissionais. Podemos concluir que todos esses programas reafirmam o caráter inferior da educação para a classe trabalhadora e, com isso, vemos a ineficácia desses programas e ações que tinham como obrigação garantir o acesso à educação como direito de todos.

2.4.2 – GOVERNO DILMA

No governo Dilma Rousseff (2011-agosto/2016), que teve o slogan de “Pátria Educadora”, podemos perceber que, no âmbito da EJA, houve a continuidade de programas e políticas públicas que tiveram início no governo anterior. Além da manutenção dessas políticas, ressaltamos a criação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), em 2011, que tem como objetivo a ampliação da oferta de cursos de educação profissional e tecnológica por meio de programas, projetos

e ações de assistência técnica e financeira. Os cursos são oferecidos gratuitamente. Segundo o *Jornal de Todos os Brasis*, em artigo escrito por Cristiano Romero,

o programa tem a vantagem de articular diferentes iniciativas já existentes para aumentar a oferta de educação profissional em todos os níveis – qualificação profissional, técnico de nível médio e tecnólogo. Financia o estudante, apoia as redes estaduais, expande a rede federal e aceita as três formas de ensino técnico (integrada ao ensino médio regular, concomitante ou subsequente) (ROMERO, 2011).

Dilma não conseguiu sanar a dívida deixada por seu antecessor no que diz respeito ao Plano Nacional de Educação⁷, o qual era prioridade, e essa tramitação acabou postergada por alguns anos. Entre discussões acerca do percentual do PIB que deveria ser direcionado à educação e entre outros assuntos, enfim, em 2014, o PNE foi sancionado pela câmara sem vetos.

Além das implementações do ensino técnico, dispondo mais verbas para os estados e municípios investirem em educação profissional, no governo Dilma alguns programas como o Programa Universidade para Todos (Prouni) e o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies) ganharam mais visibilidade, apesar de terem sido criados em governos anteriores.

Quando falamos da educação no Brasil, sempre encontraremos o histórico de cortes, por mínimo que ele seja. Foi assim no governo de FHC, Lula, Dilma, Temer e agora no de Bolsonaro. Por ser conhecido como um setor de menor valorização para o andamento do país – apesar de todos afirmarem sua real importância em seus discursos – a educação nunca foi a prioridade de fato nos governos, e em momentos de crise é uma das primeiras pastas a sofrerem com os cortes.

Nos anos que correspondem aos governos Lula e Dilma (2003-2016), por exemplo, percebe-se, de forma geral, que a política educacional possibilitou maior visibilidade à modalidade de EJA, ampliando o atendimento aos jovens e adultos mediante a implementação de inúmeros programas. Entretanto, embora estas ações configurem-se relevantes, é possível constatar que a lógica construída durante o governo anterior não foi superada, pois a oferta de EJA, de forma geral, manteve-se fragmentada e ainda primando por uma formação aligeirada (JULIÃO, BEIRAL e FERRARI, 2017, p. 52).

⁷ Trataremos deste tópico no próximo capítulo.

Para tanto, é possível evidenciar avanços e retrocessos durante este período. Mas devemos ter sempre em mente que precisamos alcançar à educação emancipadora, de qualidade e gratuita para todos prevista em Constituição para que os sujeitos se reconheçam enquanto pertencentes da sociedade e seres pensantes que fazem, de alguma forma, a diferença em seu país. De acordo com JULIÃO, BEIRAL e FERRARI (2017) “considerar o pleno desenvolvimento da pessoa é fazê-la perceber que o pertencimento sócio-cultural se constrói em conjunto com os pressupostos escolares articulados com seus anseios e vivências”.

2.4.3 – DO ILEGÍTIMO MANDATO TEMER AO PRESIDENTE ELEITO: O QUE SE PODE ESPERAR DO FUTURO GOVERNO

O ilegítimo governo interino de Michel Temer (setembro/2016-2018) teve início a partir de um golpe ao governo anterior e caracterizou uma época de grande preocupação para setores que recebem pouca ou nenhuma atenção do governo, tais como a saúde e a educação públicas.

Assim que a presidência foi assumida por Temer, as consequências já começaram a aparecer na educação pública. Podemos destacar a ideia de privatização na educação e também em empresas estatais. Devemos elencar também as decisões que foram tomadas, inviabilizando o cumprimento de diversos projetos do governo para a educação, como por exemplo o atingimento das 20 metas do PNE até 2024 e a PEC 241 ou a PEC 55⁸. Neste sentido,

convêm apontar que a entrada de Michel Temer na Presidência da República, de forma velada aos trâmites “democráticos”, marca profundamente a entrada de uma hegemonia burguesa-centralista e conservadora, que põe em risco os preceitos democráticos postos à educação na Constituição Federal de 1988. Movimentos associados às políticas educacionais que outrora subordinadas a um modelo econômico, se esfacelaram em um quadro sombrio e excludente pondo à tona a debilidade da oferta pública, agredida por um posicionamento de reforma liberal largamente aplicada nas últimas décadas, baseadas em: controle, privatização, testes, premiações e punições (MELO e SOUSA, 2017, p. 31).

⁸ A emenda constitucional denominada PEC 241 ou PEC 55 foi aprovada em 2016 pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal. O objetivo desta emenda prevê o congelamento dos investimentos públicos para a saúde e para a educação por até 20 anos. É importante destacar que o investimento em saúde e em educação é previsto pela Constituição Federal.

Dessa forma, entendemos que as escolhas são feitas pelo Estado sem nenhum tipo de gentileza com as classes menos favorecidas historicamente. Um exemplo disso é a reforma do Ensino Médio que foi editada pela Medida Provisória nº 746 de setembro de 2016. A reforma nega aos estudantes o direito de acesso ao conhecimento historicamente acumulado e retira do currículo a obrigatoriedade das seguintes disciplinas: Sociologia, Filosofia e Artes. Quanto as disciplinas Química, Física e Biologia se tornam optativas. Além das mudanças no que dizem respeito às disciplinas, a reforma permite que 40% do currículo seja flexível, ou seja, que 40% do Ensino Médio seja feito à distância. Mas, se grande parte da escola pública é constituída de alunos da periferia e das classes menos favorecidas, será que todos possuem acesso à computadores e à internet fora de seus ambientes escolares? Ou será que essa medida é mais um artifício do governo para que possamos manter essas pessoas nos mesmos lugares em que elas se encontram hoje?

Sabemos que defendendo esse modelo de escola estamos permitindo que nossos jovens, que necessitam da escola pública, permaneçam nas periferias e em suas condições sociais de hoje, sem grandes projeções sociais. Através das mídias, a propaganda do governo federal acerca da reforma do Ensino Médio, por exemplo, mascara seu discurso para a sociedade, afirmando que os estudantes poderão ter mais autonomia e poderão traçar seus próprios caminhos em sua formação escolar. Pensamos que toda essa discussão

vai ao encontro da preocupação da comunidade educacional ao dispor o efeito destrutivo à educação pública caracterizando-a apenas enquanto uma preparação ao trabalho simples de natureza indiferenciada, desconsiderando assim seu papel mais alto que é o da educação crítica, emancipadora, de formação social e humanística. [...] a proposta da agenda Temer para a educação é uma ponte para o passado na educação brasileira, marcada principalmente pelo estabelecimento da cisão na relação educação e trabalho⁹, onde o trabalho manual e o trabalho intelectual terão como pintura de fundo a arte da desigualdade no acesso, permanência e qualidade do ensino (MELO e SOUSA, 2017, p. 32 e 34).

No dia 1º de janeiro de 2019 o presidente eleito Jair Bolsonaro tomou posse em cerimônia realizada no Congresso Nacional em Brasília. O governo atual conta com 22 ministros, onde 7 deles são militares (sem contar com o vice-presidente e o próprio

⁹ Há uma estreita ligação entre trabalho e educação, onde esta última é considerada por potencializar a primeira. Sendo assim, a partir do momento em que o homem adapta a natureza a si é que se constitui o que chamamos de trabalho, ou seja, é através deste que o homem produz sua própria existência.

presidente) e 2 apenas são mulheres. Bolsonaro, antes e após sua eleição, não possuía um plano de governo sólido, com propostas que realmente beneficiassem a população e o país. Sempre foram discursos rasos, envolvendo Deus em sua fala, em um Estado que é laico de acordo com a Constituição Federal.

Em seu governo já foram tomadas algumas medidas que nos dão um parâmetro de como será o governo daqui para frente, listamos algumas: liberação do porte e da posse de armas no país (uma das promessas de campanha que causaram debates assíduos), corte de 30% no orçamento das universidades federais, extinção de 7 ministérios (o ministério do trabalho é um deles), retirada da comunidade LGBTQ+ das diretrizes de Direitos Humanos, a Reforma da Previdência e prioridade para a “modalidade” de ensino: educação domiciliar.

Fica claro em seus discursos e em suas ações que o atual presidente não possui conhecimentos necessários para presidir um país, portanto muitas das vezes o mesmo falou coisas sem sentido ou passou a palavra para que seu vice pudesse responder, além de muitas revisões e voltas às decisões já tomadas. A atual situação do país fez com que os brasileiros leigos e passíveis de convencimento elegeassem Bolsonaro nas urnas, mas agora, eleito, muitos já mudaram suas opiniões. Esse está sendo um governo de indecisões e de incertezas.

Nos primeiros meses do governo Bolsonaro já pudemos ver que a educação pública, emancipadora e de direito de todos não será uma prioridade no que diz respeito à EJA. Logo após sua posse, o presidente decidiu por dissolver a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI). Este órgão era responsável pela modalidade da educação de jovens e adultos e também de outras modalidades que contavam com estudantes da EJA. No lugar do SECADI foram criadas duas outras secretarias: a de alfabetização e a de modalidades especializadas da educação. É importante ressaltar que a modalidade de jovens e adultos não possui uma diretoria ou secretaria específica.

De acordo com o ministro da educação Abraham Weintraub, a prioridade do governo Bolsonaro será a educação infantil e a educação fundamental. Afirmou também que o Brasil investe mal seus recursos ao priorizar áreas de humanas em universidades, além de declarar que na universidade só existe balbúrdia. Feitas essas declarações, infelizmente, ainda podemos esperar muitas atitudes extremas do governo de Bolsonaro.

Observamos que os governos de Lula da Silva e Dilma Rousseff se aproximaram bastante, tanto que neste segundo houve a continuidade de diversos projetos e

programas instaurados no primeiro governo, claro que cada um com sua especificidade. Quando falamos em educação, acreditamos que esses dois governos foram os que mais fizeram por ela. Com toda certeza os 8 anos de Lula e os 6 anos de Dilma na presidência tiveram seus percalços, mas podemos afirmar que a classe trabalhadora foi vista pelo governo com outros olhos, mais atentos.

Com o impeachment de Dilma, o presidente interino Michel Temer assume o poder, e com ele esse cenário muda completamente. Um governo tradicional e conservador se instaura no país, cortando verbas do Estado e acabando com programas criados por seus antecessores.

Concordando com CARVALHO (2011), “a pulverização de programas que não dialogam entre si vem gerando a necessidade de intervenção emergencial para controlar evidentes disfunções dessas iniciativas”, ou seja, com a extinção de programas anteriores e a implementação de outros novos que não vão de encontro com as necessidades da população e que acabam sendo antagônicos aos anteriores, acabam por gerar medidas de emergência para controle do que não estava previsto.

Segundo LEHER, VITTORIA e MOTTA (2017) “a coalizão que alcançou o governo está efetivando uma reforma não consentida do Estado”, e essa reforma por exemplo é um meio de descumprir com as metas do PNE. Devido ao congelamento instituído pela PEC 241 ou PEC 55, o país não conseguirá atingir as metas do plano previstas por lei, oferecendo má qualidade dos serviços públicos no que diz respeito a educação.

Na transição do governo de Temer para o presidente eleito Jair Bolsonaro, gerou diferentes debates e dividiu muitas opiniões dentro e fora do país. Um militar da reserva que usou de redes sociais para chegar até a população ganhou eleitores por defender a Deus e fazer um discurso – ao nosso ver totalmente raso e incoerente – que ganhou grande parte dos eleitores.

Com Bolsonaro continuamos com um governo conservador e, ainda mais, militarista, que não defende as minorias, tradicional, machista e elitista. Sabemos que este período será longo e não será fácil, pois muitas lutas acontecerão assim como a do mês de abril onde os estudantes foram às ruas protestar pelos cortes nas universidades federais. Mas, ainda assim, esperamos que não estejamos por viver no Brasil uma nova ditadura militar como a de 1964.

Agora, convido você leitor, mais uma vez, a conhecer um pouco mais sobre o PROEJA e sobre o PNE. Em seguida abordaremos mais a fundo a meta 10 do Plano que

diz respeito a educação de jovens e adultos e seus resultados até o momento. E, para finalizar o terceiro capítulo, discorreremos sobre a concretização ou não da Meta 10 do Plano Nacional de Educação.

CAPÍTULO III - O PROEJA E A META 10 DO PNE

Neste capítulo buscamos compreender a maneira pela qual as articulações entre o PROEJA e a Meta 10 do PNE têm se materializado na prática. Na primeira seção, procedemos a análise documental do PROEJA e do PNE. Na segunda, buscamos apreender as articulações entre o PROEJA e a Meta 10 do PNE. Na terceira, analisamos os dados empíricos/dados estatísticos etc.

3.1 – O PROGRAMA NACIONAL DE INTEGRAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL COM A EDUCAÇÃO BÁSICA NA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (PROEJA)

O Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) foi criado pelo governo federal, no primeiro mandato do governo Lula da Silva, através do Decreto nº 5.478, de 24/06/2005, com a finalidade de oferecer a Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional, de modo a profissionalizar jovens e adultos que não tiveram uma trajetória regular, apresentando defasagem idade-série, no ensino fundamental e, ou, no ensino médio.

Neste sentido, o PROEJA, tendo sido ampliado pelo Decreto nº 5.840, de 13/07/2006¹⁰, tem como proposta oferecer ao estudante da EJA a Educação Básica (seja no ensino fundamental, seja no ensino médio) integrada à Educação Profissional de cursos de curta duração (qualificação) e de cursos técnicos de nível médio, respectivamente.

Coerente com o Decreto nº 5.154/2004¹¹, à época em vigor, as possibilidades de oferta de cursos no PROEJA eram:

¹⁰ Na medida em que o Decreto nº 5.840, de 13/07/2006 veio ampliar o Programa, ele revoga o Decreto nº 5.478, de 24/06/2005.

¹¹ Segundo SILVEIRA (2010; 2015), o processo de construção do Decreto nº 5.154/2004 ocorreu durante, aproximadamente, dezoito meses, no governo Lula da Silva, em meio a um embate de forças com disputas teóricas e políticas, que de um lado traz forças conservadoras e, de outro, tem como pressuposto a educação básica de nível médio, como direito social universal, condição para uma formação profissional que caminhe na direção de mudanças das relações sociais de produção e reprodução da vida ampliada. Entretanto, o Decreto nº 5.154/2004 acaba por acomodar a correlação de forças, modificando, até certo ponto, a nomenclatura dos níveis de ensino, trazida pelo Decreto nº 2.208/1997, transferindo a responsabilidade político-decisória para efetuar a real mudança à cargo dos docentes de cada instituição de ensino (CEFETs), se permaneceriam acomodados ao desmonte trazido pelo Decreto nº 2.208/1997 ou se avançam na discussão sobre a formação omnilateral do sujeito a que vinha ser proporcionada pelo

- (i) ensino fundamental (EJA) articulada à qualificação profissional. Denominado de Curso de Formação Inicial e Continuada (FIC), possui carga horária total de 1400 horas, sendo 1200 da EJA e 200 de Formação Inicial e Continuada/qualificação;
- (ii) ensino médio (EJA) articulado à qualificação profissional. Também denominado de Curso de Formação Inicial e Continuada (FIC), possui carga horária total de 1400 horas, sendo 1200 da EJA e 200 da Formação Inicial e Continuada/qualificação;
- (iii) ensino médio (EJA) articulado à Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Denominado de Proeja Técnico¹², possui carga horária total de 2400 horas, sendo 1200 da EJA e 1200 da parte técnica.

O PROEJA é ofertado pelas redes municipal, estadual, distrital e federal e entidades privadas do sistema S¹³. Entretanto, cada instituição possui autonomia para elaborar sua proposta pedagógica.

Os estudantes do PROEJA, além do curso gratuito, contam também com uma bolsa auxílio no valor de R\$ 100,00 por mês. Nas pesquisas feitas em sites de diferentes instituições em diferentes anos, encontramos a informação do mesmo valor de bolsa auxílio, o que nos leva a crer que a bolsa se mantém durante esses anos de programa.

Se formos pensar mais afundo, a bolsa auxílio é bastante interessante e importante para os estudantes, porém o valor é muito baixo. Os jovens e os adultos que realizam o PROEJA integrado ao ensino médio, por exemplo, procuram terminar seus estudos e adquirir especialização em alguma área, com o intuito de “melhorar de vida”, ou seja, receber um salário maior e poder proporcionar melhores condições para si e para suas famílias. Fazendo uma conta bem simples, o valor da bolsa auxílio por aluno equivale quase a mesma coisa que um mês (em dias úteis) de uma passagem de ônibus no estado do Rio de Janeiro.

É preciso rever com o Decreto 5.840 de 13/07/2006, o qual revoga o Decreto 5.478, de 24/06/2005, que o programa se aprofunda em termos pedagógicos e é

Decreto nº 5.154/2004. Deste modo, o caráter classista de educação mantém-se dissimulando mesmo depois de o Decreto nº 5.154/2004 ter sido incorporado à LDB/1996.

¹² O Proeja Técnico segue regulamentação específica como qualquer outro curso técnico de nível médio, por meio do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos. Instituído pela Portaria do MEC nº 870, de 16 de julho de 2008, o Catálogo dispõe sobre 227 cursos técnicos, agrupados em 13 eixos tecnológicos.

¹³ O sistema “S” teve início no Governo de Getúlio Vargas. Hoje, é composto por corporações vinculadas às Confederações que representam o empresariado de diferentes setores que qualificam e fornecem atividades de cultura e lazer aos trabalhadores. Fazem parte do sistema “S”: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Serviço Social do Comércio (SESC), Serviço Social da Indústria (SESI), Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (SENAC), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP), Serviço Social de Transporte (SEST), Serviço Nacional de Aprendizagem em Transportes (SENAT) e Serviço Brasileiro de Apoio as Pequenas e Médias Empresas (SEBRAE).

ampliado passando a se chamar Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA). Com a ampliação do programa, o PROEJA ainda continua atendendo a formação inicial e continuada de trabalhadores bem como a educação profissional técnica de nível médio, mas agora também passa a considerar as características dos jovens e adultos atendidos.

De acordo com dados do Ministério da Educação (MEC), listamos abaixo algumas das ações do PROEJA entre os anos de 2006 a 2011:

- **Ações PROEJA 2006:** Convênio com os estados para incentivar a implantação de cursos PROEJA | Descentralização orçamentária para toda a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica | Primeira edição do Curso de pós-graduação lato sensu PROEJA | Elaboração de documentos referenciais para o PROEJA.
- **Ações PROEJA 2007:** Chamada Pública de Formação PROEJA | Segunda edição do Curso de pós-graduação lato sensu PROEJA | Edital PROEJA/CAPES/SETEC | Projeto de Inserção Contributiva da SETEC (Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica).
- **Ações PROEJA 2008:** Chamada Pública de Formação PROEJA | Terceira Segunda edição do Curso de pós-graduação lato sensu PROEJA | Assistência ao Estudante Proeja da Rede Federal | Avaliação da Assistência PROEJA | Diálogos PROEJA.
- **Ações PROEJA 2009:** Quarta edição do Curso de pós-graduação lato sensu PROEJA | Edital PROEJA FIC (Formação Inicial e Continuada).
- **Ações PROEJA 2010:** Repasse dos recursos devolvidos dos projetos PROEJA FIC e Especialização | Fóruns Regionais PROEJA | 1º Encontro Nacional PROEJA FIC.
- **Ações PROEJA 2011:** Repasse dos recursos devolvidos dos projetos PROEJA FIC e Especialização | Transferências de recursos para Assistência Estudantil via matriz orçamentária | Reunião dos coordenadores de Especialização PROEJA | Reunião para atualização do Documento-Base PROEJA | Lançamento do Aditivo para oferta de turmas em cursos PROEJA FIC | Seminário Nacional

PROEJA | Organização de turmas do PROEJA Prisional junto ao Instituto Federal do Rio Grande do Norte e Instituto Federal de Rondônia.

As medidas tomadas pelo Governo Federal criando ações para o PROEJA durante os cinco anos mencionados acima, deram destaque ao programa e tinham o intuito de acabar com o caráter assistencial da EJA no Brasil. Com isso, tinha-se como objetivo integrar à educação básica uma formação profissional que contribuísse para a integração socioeconômica dessas pessoas, como podemos ver no trecho abaixo do Decreto 5.840 de julho de 2006 onde, em parágrafo único, diz que

as áreas profissionais escolhidas para a estruturação dos cursos serão, preferencialmente, as que maior sintonia guardarem com as demandas de nível local e regional, de forma a contribuir com o fortalecimento das estratégias de desenvolvimento socioeconômico e cultural (BRASIL, 2006).

Um dos principais objetivos do PROEJA é elevar o nível de escolaridade do trabalhador seja em formação inicial e continuada de trabalhadores ou de forma integrada, concomitante aos estudos da educação básica. O programa pode ser adotado pelas instituições públicas estaduais ou municipais e pelas instituições privadas nacionais de serviço social (formações profissionais vinculadas ao “Sistema S”). As instituições que oferecem o PROEJA devem disponibilizar no mínimo 10% do total de vagas de ingresso à instituição e devem oferecer a carga horária mínima de 1.400 horas (sendo 1.200 horas para a formação geral e 200 horas para a formação profissional).

Segundo RUMMERT (2007), “a criação do Programa, assim, não concorreu para a ampliação do acesso, mas provocou o deslocamento de vagas já existentes, em todos os níveis de cada unidade, para o atendimento da nova ação”. Os diplomas dos cursos técnicos de nível médio oferecidos no âmbito do PROEJA pelas instituições, terão validade nacional conforme Art. 6º do Decreto 5.840 de julho de 2006, onde diz que

o aluno que demonstrar a qualquer tempo aproveitamento no curso de educação profissional técnica de nível médio, no âmbito do PROEJA, fará jus à obtenção do correspondente diploma, com validade nacional, tanto para fins de habilitação na respectiva área profissional, quanto para atestar a conclusão do ensino médio, possibilitando o prosseguimento de estudos em nível superior (BRASIL, 2006).

A Educação de Jovens e Adultos foi marcada por décadas de abandono e desigualdade no país. De acordo com a trajetória da EJA no Brasil e com os programas já criados pelos governos, destacamos que toda e qualquer melhoria na educação (assim como a criação do PROEJA) precisa de atenção e manutenção, pois somente a abertura de vagas nas instituições de ensino não garantem a permanência dessas pessoas na escola. É preciso que haja a criação e promoção de políticas públicas voltadas para a melhoria da educação. Para isso,

a educação profissional e tecnológica comprometida com a formação de um sujeito com autonomia intelectual, ética, política e humana exige assumir uma política de educação e qualificação profissional não para adaptar o trabalhador e prepará-lo de forma passiva e subordinada ao processo de acumulação da economia capitalista, mas voltada para a perspectiva da vivência de um processo crítico, emancipador e fertilizador de outro mundo possível (BRASIL, 2007, p. 32).

Por uma perspectiva histórica e com exemplos bem atuais podemos afirmar que a EJA sempre foi caracterizada por programas que visavam a certificação e não a formação plena do cidadão. Por essa ser uma modalidade educacional desvalorizada socialmente, onde a culpa dos fracassos escolares é da vítima e não da desestruturação da sociedade, os programas surgem para fazer com que esses excluídos da sociedade se tornem “cidadãos que possam atuar como agentes na sociedade tecnológica em que vivemos” (SANTOS e GROSSI, 2010, p. 61).

Mesmo divergindo dos ideais da minoria beneficiada, no que diz respeito a educação no Brasil, a Educação de Jovens e Adultos precisou ser reestruturada tendo que ser vista e tratada de maneira diferente a dos anos anteriores para que pudéssemos acompanhar o desenvolvimento econômico do país. Segundo o Documento Base,

o sucesso dos arranjos possíveis só materializar-se-á e alcançará legitimidade a partir da franca participação social e envolvimento das diferentes esferas e níveis de governo em um projeto que busque não apenas a inclusão nessa sociedade desigual, mas a construção de uma nova sociedade fundada na igualdade política, econômica e social; em um projeto de nação que vise uma escola vinculada ao mundo do trabalho numa perspectiva radicalmente democrática e de justiça social. [...] Nesse sentido, o que realmente se pretende é a formação humana, no seu sentido lato, com acesso ao universo de saberes e conhecimentos científicos e tecnológicos produzidos historicamente pela humanidade, integrada a uma formação profissional que permita compreender o mundo, compreender-se no mundo e nele atuar na busca de melhoria das próprias condições de vida e da construção de

uma sociedade socialmente justa. A perspectiva precisa ser, portanto, de formação na vida e para a vida e não apenas de qualificação do mercado ou para ele (BRASIL, 2007, p. 8 e 13).

Sabemos que a educação de jovens e adultos não foi (e continua não sendo) totalmente pensada para formar sujeitos com autonomia intelectual, ética, política e humana como o Documento Base aponta, o que causa contradição entre a promessa e a realidade. A falta de investimentos por parte do governo atrelado aos interesses das camadas mais ricas da sociedade, fazem com que a educação voltada para a classe trabalhadora não seja emancipadora, de qualidade e libertadora, o que beneficia uma pequena parcela da população e faz com que a grande massa (quem realmente precisa de investimento) seja prejudicada por interesses alheios.

Para que possamos modificar esse projeto de Estado burguês de manter jovens e adultos na condição em que se encontram (muitas vezes analfabetos, desempregados e sem educação de qualidade, que é de dever do Estado proporcionar) é necessário saber quem devemos beneficiar com as políticas públicas educacionais e com tantos outros programas criados pelo governo. Além disso, precisamos ter em mente que a classe trabalhadora é a grande chave para essa virada. Oportunamente,

à semelhança de práticas em uso recorrente pelas esferas de poder, se apresentam, por vezes sob nova roupagem, como ações de caráter de emergência, que vêm preencher as enormes lacunas deixadas pela ausência de políticas de universalização de direitos. Além disso, evidenciam que o atual governo não optou, até o momento, por promover políticas que causem impactos duradouros no sentido de superar as desigualdades estruturais que caracterizam o país e, por decorrência, a educação. A história da educação brasileira demonstra que tais medidas não oferecem respostas concretas e de longo prazo para a imposição ético-política de universalização do acesso e das condições objetivas de permanência numa escola de qualidade para todos, independentemente de sua origem de classe. Insistir no uso da categoria classe trabalhadora ao nos referirmos àqueles que não têm assegurado o direito à educação constitui uma opção teórico-metodológica que não abdica de sublinhar o fato, hoje negado, de que a distribuição desigual de oportunidades educacionais continua a ser uma questão derivada da origem socioeconômica e das assimetrias de poder daí advindas (RUMMERT, 2007, p. 46).

3.2 – O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (PNE)

O Plano Nacional de Educação (PNE) é uma lei que se encontra em vigência desde 25 de junho de 2014 e estabelece vinte metas a serem cumpridas nos próximos dez anos na educação brasileira, portanto o plano fica em vigência de 2014 a 2024.

De acordo com os dados apresentados pela lei o PNE tem como função cumprir os objetivos traçados através das diretrizes, que são: cessar o analfabetismo, universalizar o atendimento escolar, superar as desigualdades educacionais, promovendo a cidadania e a erradicação de todas as formas de discriminação, melhorar a qualidade da educação, formar para o trabalho e para a cidadania, nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade, promover o princípio da gestão democrática da educação pública, promover humanística, científica, cultural e tecnologicamente o país, aplicar recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB, assegurando atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade, valorizar profissionais da educação e promover o respeito aos direitos humanos, a diversidade e a sustentabilidade socioambiental.

Para entendermos melhor como o PNE foi pensado e elaborado, precisamos nos debruçar sob a Constituição Federal de 1988 onde, em seu artigo 214, afirma:

A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas (BRASIL, 1988).

A exigência da formulação de Planos Nacionais de Educação, através de uma lei, com metas determinadas para cada dez anos é uma política de Estado e não um programa restrito a um governo. Logo, o PNE é de responsabilidade da União em colaboração com os entes federados.

O primeiro Plano Nacional de Educação (lei 10.172) teve vigência entre os anos de 2001 a 2011. Durante este período poucos resultados foram alcançados devido a falta de controle social na implementação da lei, a menor participação da sociedade em sua elaboração e também devido aos vetos do então presidente Fernando Henrique Cardoso, que foram mantidos pelo presidente Lula.

Entre os meses de março e abril de 2010 foi realizada a Conferência Nacional de Educação (CONAE), onde foi aprovado um documento que deveria apoiar a construção do segundo PNE (2010–2020). Em dezembro do mesmo ano o poder executivo apresentou, através do projeto de lei 8.035/2010, sua versão para Plano Nacional de Educação. Inúmeras críticas foram feitas pautadas no argumento de que o plano não respeitava as deliberações da CONAE.

Entre idas e vindas de tramitações no senado federal e na câmara dos deputados, em 25 de junho de 2014 finalmente a presidenta Dilma sancionou, sem vetos, o Plano Nacional de Educação. As conquistas do texto final se devem por influência da sociedade civil e também da Campanha Nacional pelo Direito a Educação, que esteve presente em todas as tramitações do plano no Congresso Nacional. Quase quatro anos para chegar a sua versão final, o PNE estabelece vinte metas e estratégias para os próximos dez anos e propõe um novo futuro para a educação brasileira.

3.3 – A META 10 DO PNE

Como falamos anteriormente, nosso trabalho se debruça na meta 10 do Plano Nacional de Educação. Portanto, para conhecermos melhor, e mencionamos tal qual descrito na Lei nº 13.005/2014, listamos abaixo as estratégias previstas para que consigamos alcançar essa meta nos próximos dez anos previstos.

Meta 10: oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.

3.3.1 – AS ESTRATÉGIAS

10.1) manter programa nacional de educação de jovens e adultos voltado à conclusão do ensino fundamental e à formação profissional inicial, de forma a estimular a conclusão da educação básica;

10.2) expandir as matrículas na educação de jovens e adultos, de modo a articular a formação inicial e continuada de trabalhadores com a educação profissional, objetivando a elevação do nível de escolaridade do trabalhador e da trabalhadora;

10.3) fomentar a integração da educação de jovens e adultos com a educação profissional, em cursos planejados, de acordo com as características do público da educação de jovens e adultos e considerando as especificidades das populações itinerantes e do campo e das comunidades indígenas e quilombolas, inclusive na modalidade de educação a distância;

10.4) ampliar as oportunidades profissionais dos jovens e adultos com deficiência e baixo nível de escolaridade, por meio do acesso à educação de jovens e adultos articulada à educação profissional;

10.5) implantar programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos voltados à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas que atuam na educação de jovens e adultos integrada à educação profissional, garantindo acessibilidade à pessoa com deficiência;

10.6) estimular a diversificação curricular da educação de jovens e adultos, articulando a formação básica e a preparação para o mundo do trabalho e estabelecendo inter-relações entre teoria e prática, nos eixos da ciência, do trabalho, da tecnologia e da cultura e cidadania, de forma a organizar o tempo e o espaço pedagógicos adequados às características desses alunos e alunas;

10.7) fomentar a produção de material didático, o desenvolvimento de currículos e metodologias específicas, os instrumentos de avaliação, o acesso a equipamentos e laboratórios e a formação continuada de docentes das redes públicas que atuam na educação de jovens e adultos articulada à educação profissional;

10.8) fomentar a oferta pública de formação inicial e continuada para trabalhadores e trabalhadoras articulada à educação de jovens e adultos, em regime de colaboração e com apoio de entidades privadas de formação profissional vinculadas ao sistema sindical e de entidades sem fins lucrativos de atendimento à pessoa com deficiência, com atuação exclusiva na modalidade;

10.9) institucionalizar programa nacional de assistência ao estudante, compreendendo ações de assistência social, financeira e de apoio psicopedagógico que contribuam para garantir o acesso, a permanência, a aprendizagem e a conclusão com êxito da educação de jovens e adultos articulada à educação profissional;

10.10) orientar a expansão da oferta de educação de jovens e adultos articulada à educação profissional, de modo a atender às pessoas privadas de liberdade nos estabelecimentos penais, assegurando-se formação específica dos professores e das professoras e implementação de diretrizes nacionais em regime de colaboração;

10.11) implementar mecanismos de reconhecimento de saberes dos jovens e adultos trabalhadores, a serem considerados na articulação curricular dos cursos de formação inicial e continuada e dos cursos técnicos de nível médio.

As estratégias acima mencionadas visam o cumprimento da meta 10 do PNE. Isto quer dizer que,

do total das matrículas dessa modalidade, 25% sejam integradas à educação profissional que tem como foco não só ampliar a escolarização dos jovens e adultos, mas também proporcionar capacitação profissional, de modo que estes estejam preparados para atuar no mercado de trabalho (BRASIL, 2016, p. 235).

Para que as metas sejam cumpridas, a cada dois anos é divulgado um relatório feito pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) para o acompanhamento do progresso das metas do PNE.

A partir de uma análise feita, tendo como base o Relatório do 1º Ciclo de Monitoramento das Metas do PNE: biênio 2014-2016, o Relatório do 2º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação – 2018 e o Anuário Brasileiro da Educação Básica – 2018, fizemos um panorama de como anda o progresso da educação de jovens e adultos integrada à educação profissional e se estamos caminhando para o cumprimento da meta 10 do Plano Nacional de Educação, tomando como base os dados que compõem os documentos citados acima e o histórico de governos que tivemos até aqui.

Analisando o Relatório do 1º Ciclo de Monitoramento das Metas do PNE: biênio 2014-2016, é possível perceber que houve um crescimento de grande importância nos

números de matrículas na educação de jovens e adultos. Comparando os resultados com os do ano de 2008 temos um salto no número de matrículas desta modalidade integrada a educação profissional de 423,2%. Mas, ainda assim, em 2015 tínhamos apenas 3,0% da meta atingida, sendo necessários mais 22% para atingimento da meta até 2024.

Em quase todas as regiões do Brasil percebeu-se o aumento dos indicadores no período comparado, exceto o Sudeste e Sul que tiveram pequena queda de aproximadamente 0,3%. As regiões que mais tiveram destaque de matrículas foram de 0,8% na região Nordeste, 0,4% na região Norte e 0,6% na região Centro-Oeste.

Cabe destacar ainda que, no ano de 2015, tínhamos na área urbana a parcela mais significativa das matrículas da EJA na modalidade integrada à educação profissional, na de 84,1%. Mas, apesar do crescimento das matrículas nas áreas rurais entre 2013 e 2015, esse cenário não foi revertido. Outro fato relevante, foi a diminuição da participação das redes federal e privada, tendo as redes estaduais e municipais aumentado suas respectivas participações com o intuito de “ocupar” o espaço deixado.

No tocante a distribuição por sexo, entre 2008 e 2015, o número de matrículas de estudantes do sexo feminino predominou em torno de 58,6%. Apesar do crescimento de matrículas do sexo masculino nesta modalidade ter crescido em 2015, em relação ao ano de 2008, o sexo feminino continuou predominando esses números.

Analisando as faixas etárias, as idades que tiveram maior número de matrículas foram as de 18 a 30 anos, apresentando o índice de 81,6%. O grande crescimento dessas matrículas ocorreu entre os anos de 2013-2015.

Em relação a raça/cor podemos destacar que o maior número de matrículas era o de raça/cor negra, que entre os anos de 2013-2015, atingiu o percentual de 50,6 ao final do período.

Quanto ao Relatório do 2º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação – 2018, analisamos os dados do relatório de 2018, levando em consideração os números de matrículas da educação de jovens e adultos na forma integrada à educação profissional, tivemos uma queda em sua disponibilidade. Em 2017 o percentual de atingimento foi de 1,5% ficando a 23,5 pontos percentuais da meta estabelecida até 2024, que é de 25%.

No que tange as ofertas de matrículas temos uma tendência de queda na disponibilidade dos principais centros do país, principalmente a partir de 2015. Analisando por regiões, no ano de 2017, a região Nordeste continuou sendo a

principal área de atingimento dessa meta, com 3,0% e o Sudeste tendo o menor indicador de atingimento, com 0,4%.

A área urbana continuou sendo o principal polo de matrículas em detrimento da área rural. Em 2017 os números atingiram o patamar de 84,5% nas áreas urbanas e 15,5% nas áreas rurais. Temos na distribuição entre as esferas uma mudança aonde a rede estadual passa a ser a maior responsável pela disponibilidade e ofertas de matrículas integradas à formação profissional, se comparadas as redes federais, municipais e privadas. Em relação as etapas de ensino, em 2017, o ensino médio (3,0%) foi o que teve a maior quantidade de matrículas em relação ao ensino fundamental (0,5%).

No que diz respeito diretamente aos estudantes, verificamos que as mulheres são as que mais possuem representatividade nas matrículas com o percentual de 59,0. Quanto a raça/cor, os alunos autodeclarados negros continuam sendo os predominantes com 53,0% de matrículas.

Em análise do Anuário Brasileiro da Educação Básica 2018, vimos que os dados referentes a 2016 mostraram uma queda de matrículas em quase todas as modalidades ofertadas hoje. Em números gerais, a redução foi de 0,28% entre os anos de 2015-2016. Dessa forma, em uma década, a EJA perdeu 1,5 milhão de matrículas.

A oferta da educação de jovens e adultos integrada à educação profissional vem crescendo aos poucos no ensino fundamental, onde, em 2016, tínhamos o total de 4,71% de matrículas. Mas, em relação ao conjunto de matrículas, esse número ainda é residual visto que em todo o país são apenas 17,6 mil alunos. No ensino médio a EJA integrada à educação profissional registrou uma queda de 11,67% no número de matrículas, o que, em 2018, somava 34,5 mil estudantes.

De acordo com os dados apresentados nas tabelas do Anuário Brasileiro da Educação Básica 2018, o total de matrículas na EJA integradas à educação profissional teve, em 2016, seu maior número na região Nordeste, respectivamente 4,67% no ensino fundamental e 6,38% no ensino médio. Veja abaixo a tabela que nos traz essas informações:

Educação de Jovens e Adultos (EJA)
Total de matrículas e matrículas na EJA integrada à Educação Profissional
 Ensinos Fundamental e Médio – Brasil e regiões – 2016

	Total EJA	Nível Fundamental			Nível Médio		
		Total	Integrado à Educação Profissional	% matrículas integradas à Educação Profissional	Total	Integrado à Educação profissional	% matrículas integradas à Educação Profissional
Brasil	3.482.174	2.105.535	61.912	2,94	1.376.639	34.502	2,51
Norte	418.396	277.345	7.275	2,62	141.051	3.328	2,36
Nordeste	1.330.079	955.469	44.598	4,67	374.610	23.883	6,38
Sudeste	1.119.025	538.225	5.543	1,03	580.800	2.839	0,49
Sul	383.155	214.713	1.966	0,92	168.442	1.701	1,01
Centro-Oeste	231.519	119.783	2.530	2,11	111.736	2.751	2,46

Fonte: MEC/Inep/DEED - Microdados do Censo Escolar 2016.

Nota: O mesmo aluno pode ter mais de uma matrícula.

Ainda em relação às matrículas foi analisado que, tanto no ensino fundamental quanto no ensino médio, o maior número de matrículas na EJA integrada à educação profissional de forma presencial foi na região Nordeste, com 44.575 matrículas no ensino fundamental e 23.658 matrículas no ensino médio. Já as matrículas na EJA integrada à educação profissional de forma a distância, no ensino fundamental, tivemos apenas 23 matrículas, que foram referentes a região Nordeste. No ensino médio, o maior número foi registrado na região Centro-Oeste com 532 matrículas, respectivamente. Veja abaixo as tabelas que trazem os resultados das matrículas do ensino fundamental e do ensino médio:

Educação de Jovens e Adultos (EJA)
Matrículas no Ensino Fundamental – Brasil e regiões – 2016

	Total	Presencial	Semipresencial	Educação a Distância	Integrada presencial	Integrada - Educação a Distância
Brasil	2.105.535	1.874.319	157.334	11.970	61.889	23
Norte	277.345	258.617	11.150	303	7.275	-
Nordeste	955.469	887.711	22.111	1.049	44.575	23
Sudeste	538.225	415.980	111.222	5.480	5.543	-
Sul	214.713	196.257	12.084	4.406	1.966	-
Centro-Oeste	119.783	115.754	767	732	2.530	-

Fonte: MEC/Inep/DEED - Microdados do Censo Escolar 2016.

Nota: O mesmo aluno pode ter mais de uma matrícula.

A modalidade integrada à Educação Profissional inclui as matrículas do Projovem Urbano.

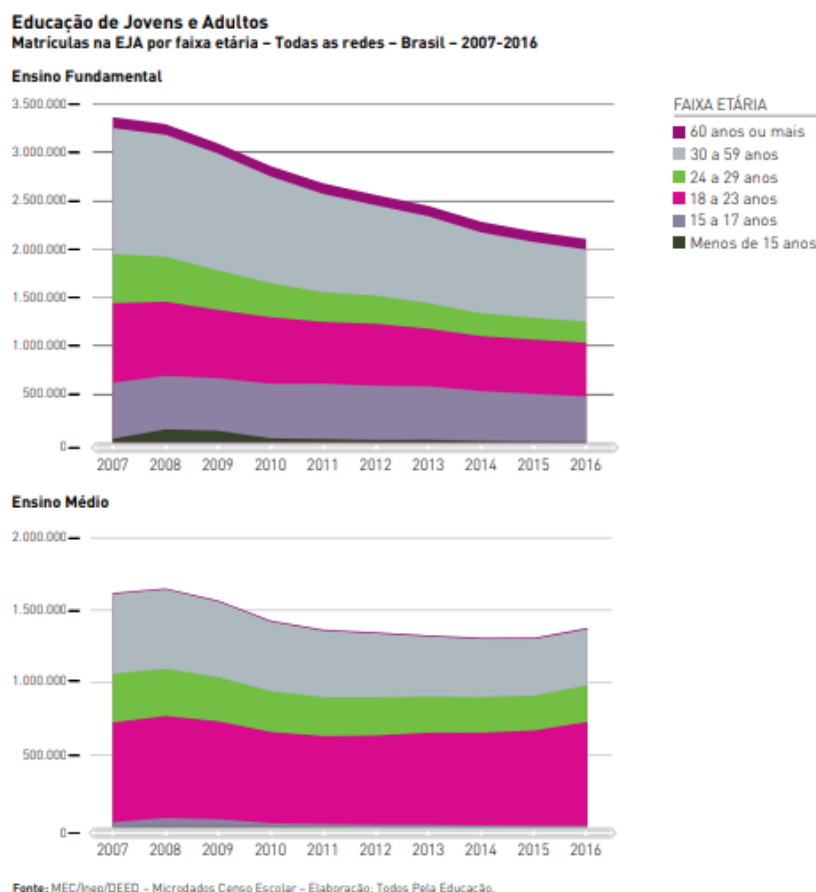
Educação de Jovens e Adultos
Matrículas no Ensino Médio – Brasil e regiões – 2016

	Total	Presencial	Semipresencial	Educação a Distância	Integrada presencial	Integrada - Educação a Distância
Brasil	1.376.639	1.036.588	626.516	43.033	33.745	757
Norte	141.051	122.072	14.579	1.072	3.328	-
Nordeste	374.610	302.796	44.814	3.117	23.658	225
Sudeste	580.800	398.485	171.475	8.001	2.839	-
Sul	168.442	114.078	28.213	24.450	1.701	-
Centro-Oeste	111.736	99.157	3.435	6.393	2.219	532

Fonte: MEC/Inep/DEED - Microdados do Censo Escolar 2016.

Nota: O mesmo aluno pode ter mais de uma matrícula.

Entre 2007-2016 conseguimos perceber, através dos gráficos, que as matrículas na educação de jovens e adultos no ensino médio fundamental teve uma queda em todas as faixas etárias (menos de 15 anos a 60 anos ou mais). Já no ensino médio apenas as matrículas de alunos com faixa etária entre 18 e 23 anos se mantiveram, ao passo que as demais registram queda. Veja abaixo os resultados expostos nos gráficos:



De acordo com os levantamentos feitos pelo INEP e descritos nos relatórios anuais e no anuário para acompanhamento do PNE, conseguimos concluir que o número de matrículas da EJA na forma integrada à educação profissional segue alguns caminhos que já eram esperados, até pela caminhada histórica que essa modalidade foi construindo ao longo do tempo no Brasil.

Podemos perceber que a região que mais possui matrículas na EJA é o Nordeste. Como a maioria das pessoas dessa região não possuem uma renda que dê para sustentar toda a família de maneira confortável e digna, muitos jovens precisam deixar os estudos para começarem a trabalhar e ajudar a compor a renda familiar. Isso contribui para a

evasão escolar e conseqüentemente para o aumento de matrículas na EJA posteriormente.

Vimos também, através dos levantamentos, que as mulheres são as que mais se matriculam na educação de jovens e adultos para concluir seus estudos. Muitas das vezes mulheres muito jovens se veem tendo que abandonar os estudos porque acabaram engravidando e de alguma forma precisam sustentar seus filhos. Essas situações também contribuem para a evasão escolar e posteriormente com o aumento de matrículas nesta modalidade.

Não podemos deixar de destacar também que as pessoas de raça/cor negra são as que mais se afastam da escola no ensino regular e por alguma razão voltam a estudar procurando a EJA. Essas evidências mencionadas acima não são coincidências, mas sim a realidade da educação brasileira.

Não por acaso, a educação de jovens e adultos carrega consigo dívidas que são históricas, socialmente e regionalmente. Se fizermos um balanço do perfil de pessoas que passaram e passam pela educação de jovens e adultos no Brasil, vamos chegar a conclusão que em sua maioria são pessoas negras, de baixa condição social e econômica que precisaram abandonar seus estudos na idade dita certa por alguma razão. Cada vez mais jovens estão ingressando na EJA por conta da evasão escolar, que ainda é uma realidade e um problema em nosso país.

De acordo com os relatórios acima, acerca dos resultados do PNE, o número de matrículas de 2017 caiu em relação ao que foi analisado entre os anos de 2014 a 2016. E, de acordo com o anuário de 2018 vimos que os dados registraram uma queda de matrículas, a redução foi de 0,28% entre os anos de 2015-2016, o que caracteriza a perda de 1,5 milhão de matrículas na EJA em aproximadamente uma década.

Sendo assim acreditamos que a Meta 10 do plano não será cumprida em sua integralidade até 2024. É possível que algumas estratégias comecem a ser concretizadas, mas é muito difícil que todas elas sejam cumpridas em relação a números. Decisões que estão sendo e que foram tomadas no governo atual e principalmente no governo anterior, acabaram por assinar o não cumprimento da Meta 10 do PNE, assim como algumas outras metas do plano também não conseguirão ser cumpridas. Dessa forma, mais uma vez, estamos no mesmo cenário já vivido antes: onde a educação e a educação de jovens e adultos não são e não têm a perspectiva de serem prioridades para o atual governo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo analisar os limites e perspectivas da concretização da Meta 10 do Plano Nacional de Educação (PNE 2014–2024) na modalidade da Educação de Jovens e Adultos. Para isso, perpassou as questões relativas ao trabalho como atividade essencial ao desenvolvimento humano, o direito à educação e o fracasso atrelado a ela, a história da EJA no Brasil desde os anos de 1940 até o cenário atual, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) e o Plano Nacional de Educação (PNE), além da Meta 10 do plano proposto.

No primeiro capítulo, falamos acerca do trabalho como sendo uma atividade essencial no processo de desenvolvimento do ser humano, visto que é a partir deste que o homem produz a sua própria existência. Ainda neste tópico constatamos que o trabalho anda ao lado da educação, sendo esta última considerada por potencializar a primeira.

Vimos também que a educação pública e gratuita é um direito de todos, garantido pela nossa Constituição. Apesar de ter sido tratada durante anos como compensação, ela é uma obrigatoriedade que deve ser entregue pelo Estado à população. De acordo com a lógica do capital é vantajoso que não se invista em políticas públicas de qualidade para a EJA, pois assim geraria demanda e cobrança por oferta por parte de quem a utiliza.

Quando falamos de fracasso escolar no Brasil, precisamos nos lembrar que este assunto, infelizmente, ainda é uma realidade muito presente na educação hoje em dia. O acesso à escola, como vimos, foi uma luta e conquista de trabalhadores para as gerações futuras. Mas, é preciso saber que o direito à educação não significa a educação para todos e muito menos a permanência nas escolas. Assim como afirmado por FREITAS (2002), os espaços escolares são contraditórios e tensos, assim como a sociedade que o cerca. Portanto, é preciso tornar o sistema educacional um sistema justo.

Além da desigualdade escolar vivenciamos também a desigualdade socioeconômica a qual é responsável por grande parte das evasões no país hoje. Dessa forma, o que se deseja alcançar é uma realidade onde a classe trabalhadora possa ter acesso à educação e fazer dela uma relação onde o trabalho se constitua como princípio educativo fundamental para a formação do cidadão em sua forma plena.

No segundo capítulo, continuamos o trabalho fazendo uma análise sobre a educação de jovens e adultos, começando pelos anos 1940. Vimos que a EJA teve início no Brasil após a 2ª Guerra Mundial, onde tinha o intuito de formar a classe operária para que pudessem manusear o maquinário nas fábricas além de utilizar a educação como meio de ensinar a ordem e a disciplina aos trabalhadores. Em 1944 foi inaugurada a primeira Escola Técnica Nacional que teve como objetivo oferecer cursos industriais básicos e cursos industriais técnicos.

Na sequência vimos que por volta da década de 1960 começaram a ser pensadas e criadas algumas formas de educação junto com a comunidade. Pensamos que esse modelo de construção seja o correto, afinal, é a comunidade quem vai usufruir desse benefício. O trabalho em conjunto é sempre a melhor forma de se pensar algo novo, visto que conseguimos trazer as considerações de todas as partes envolvidas. Infelizmente, com a ditadura militar, em 1964, nós retrocedemos no que diz respeito a educação de jovens e adultos. Ideias e práticas de grandes educadores como Paulo Freire foram perseguidas e extintas, criando-se o Mobral e os supletivos por exemplo. Com o fim da ditadura, a educação e a EJA voltaram a ter esperança. A educação passou a se tornar um direito de todos e dever do Estado e da família, conforme a Constituição de 1988.

No Brasil contemporâneo contamos com quatro principais governos que foram abordados na pesquisa. Vimos que os governos de Lula da Silva e Dilma Rousseff se aproximaram muito, fazendo com que o segundo se caracterizasse como uma continuação do primeiro, tanto no âmbito educacional quanto em outros setores. Mudanças foram feitas com mais oportunidades para as classes trabalhadoras e para as camadas mais pobres da sociedade. Assim, muitas pessoas tiveram acesso a educação através de inúmeros programas criados junto a educação profissional e pela abertura de vagas em escolas públicas. Porém, constatamos que, de acordo com JULIÃO, BEIRAL e FERRARI (2017) apesar da visibilidade que a EJA teve durante esses anos ela ainda se configura como fragmentada uma vez que ainda é caracterizada por uma formação aligeirada.

De acordo com MELO e SOUSA (2017), podemos definir as últimas décadas da educação como sendo baseadas em controle, privatizações, testes, premiações e punições. De certo não fugimos disso quando analisamos o governo de Michel Temer e de Jair Bolsonaro. Cortes, congelamentos, privatizações, reformas que não beneficiam a classe trabalhadora e as minorias são apenas alguns dos pontos críticos desses governos.

Estamos vivendo uma época em que o conservadorismo está muito forte e, infelizmente, acreditamos que ainda iremos passar por alguns momentos bastante difíceis.

No terceiro capítulo, começamos a finalizar o trabalho abordando os assuntos sobre o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) e o Plano Nacional de Educação (PNE). Os programas foram criados com os objetivos de oferecer: um a EJA integrada ao ensino básico e o outro promover a melhora da educação no Brasil através de 20 metas propostas para crescimento e qualidade em 10 anos. Precisamos ter plena consciência que séculos de exclusão e abandono não são superados em 10 ou 20 anos. Ainda hoje sofremos com a baixa qualidade da educação nas escolas públicas e com a falta de comprometimento das autoridades frente a isso. Enquanto a educação não for emancipadora e libertadora em sua essência, não avançaremos em formar cidadãos críticos e políticos.

Percebemos durante a pesquisa que os resultados para a concretização da Meta 10 do PNE não são satisfatórios, mas de uma certa forma já eram esperados. A diminuição do número de matrículas na EJA integrada à educação profissional já é um indício de que, infelizmente, não atingiremos a meta proposta. Todo o histórico de abandono por parte dos governantes, de evasões históricas e de discriminações à educação de jovens e adultos e de discriminações aos seus estudantes fazem com que não avancemos a um novo patamar que é o da qualidade.

Ainda estamos lutando para que os preconceitos sejam combatidos e os direitos sejam realmente adquiridos, pois a educação pública e de qualidade é um direito de todos os cidadãos. Enquanto esses objetivos não forem atingidos, infelizmente, continuaremos a lidar com políticas públicas rasas. Para haver uma mudança concreta é preciso investir, de fato, em educação e nos estudantes para que estes se sintam pertencentes à sociedade, com voz política ativa e emancipadora.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria da Conceição Aparecida. **A exclusão de alunos com dificuldades de aprendizagem: Dilemas e desafios da Educação de Jovens e Adultos**. Brasília, 2015. Monografia (Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar) – Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

ANUÁRIO BRASILEIRO DA EDUCAÇÃO BÁSICA 2018. Ed. Moderna. São Paulo, 2018, Anual. Disponível em: https://todospelaeducacao.org.br/_uploads/20180824-Anuario_Educacao_2018_atualizado_WEB.pdf?utm_source=conteudoSite. Acesso em: julho de 2019.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando: introdução a Filosofia**. São Paulo: Moderna, 1986.

BRASIL. Lei nº. 5.692, de 11 de ago. de 1971. **Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências**. Brasília, DF, ago 1971. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5692.htm. Acesso em: julho de 2019.

BRASIL. Constituição (1988), de 05 de out. de 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF, out 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: abril de 2019.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dez. de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, DF, dez 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm#art39. Acesso em: maio de 2019.

BRASIL. Lei n. 10.172, de 09 de jan. de 2001. **Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências**. Brasília, DF, jan 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm. Acesso em: abril de 2019.

BRASIL. Decreto n. 5.154, de 23 de jul. de 2004. **Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências.** Brasília, DF, jul 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm. Acesso em: maio de 2019.

BRASIL. Decreto n. 5.478, de 24 de jun. de 2005. **Institui, no âmbito das instituições federais de educação tecnológica, o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA.** Brasília, DF, jun 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5478.htm. Acesso em: fevereiro de 2019.

BRASIL. Decreto n. 5.840, de 13 de jul. de 2006. **Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, e dá outras providências.** Brasília, DF, jul 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5840.htm. Acesso em: fevereiro de 2019.

BRASIL. **Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos: Ensino Médio/Técnico – PROEJA: Documento Base.** Brasília, 2007.

BRASIL. Lei n. 13.005, de 25 de jun. de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências.** Brasília, DF, jun 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em: abril de 2019.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Relatório do 1º Ciclo de Monitoramento das Metas do PNE: biênio 2014–2016.** Brasília, DF: Inep, 2016.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Relatório do 2º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação – 2018**. Brasília, DF: Inep, 2018.

CARVALHO, Marcelo Pagliosa. **As políticas para a educação de jovens e adultos nos governos Lula (2003-2010)**. Universidade Federal do Maranhão (UFMA), 2011. Disponível em: <https://anpae.org.br/iberoamericano2012/publicacao.html>. Acesso em: novembro de 2018.

FÁVERO, Osmar. **Educação Popular: Histórico e Desafio (parte 01)**. Portal Fórum EJA. UnB de Planaltina. FUP. 2010. Duração em minutos: 10:51. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wY4gFYW2ey0>. Acesso em: novembro de 2018.

FÁVERO, Osmar. **Educação Popular: Histórico e Desafio (parte 02)**. Portal Fórum EJA. UnB de Planaltina. FUP. 2010. Duração em minutos: 14:50. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=5cK_0ZKO9Eg. Acesso em: novembro de 2018.

FÁVERO, Osmar. **Educação Popular: Histórico e Desafio (parte 03)**. Portal Fórum EJA. UnB de Planaltina. FUP. 2010. Duração em minutos: 10:39. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yTz7jI-8rMs>. Acesso em: novembro de 2018.

FÁVERO, Osmar. **Educação Popular: Histórico e Desafio (parte 04)**. Portal Fórum EJA. UnB de Planaltina. FUP. 2010. Duração em minutos: 8:54. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=zKvwJ5e6_Ak. Acesso em: novembro de 2018.

FÓRUM NACIONAL POPULAR DE EDUCAÇÃO. **Proposta Documento Base Plano de Lutas**. Conferência Nacional Popular de Educação (CONAPE), maio 2018.

FREITAS, Luiz Carlos de. **A internalização da exclusão**. Educ. Soc., Campinas, v. 23, n. 80, setembro/2002, p. 299-325.

FREITAS, Luiz Carlos de. **Eliminação Adiada: novas formas de exclusão introduzidas pelas reformas.** Pro-Posições, v. 16, n. 3 (48). set./dez. 2005. p. 111-144.

FREITAS, Luiz Carlos de. **Eliminação Adiada: o ocaso das classes populares no interior da escola e a ocultação da (má) qualidade do ensino.** Educ. Soc., Campinas, out. 2007, vol. 28, n. 100. Especial, p. 965-987.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutivo: um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social e capitalista.** / Gaudêncio Frigotto. 6. ed. – São Paulo: Cortez, 2001.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e Trabalho: bases para debater a Educação Profissional Emancipadora.** PERSPECTIVA, Florianópolis, jan./jun. 2001, v.19, n.1, p.71-87.

JULIÃO, Elionaldo Fernandes; BEIRAL, Hellen Jannisy Vieira; FERRARI, Gláucia Maria. **As políticas de educação de jovens e adultos na atualidade como desdobramento da Constituição e da LDB.** Unisul, Tubarão, Jan/Jun 2017, v.11, n. 19, p. 40-57.

LAHIRE, Bernard. **Sucesso escolar nos meios populares: as razões do improvável.** São Paulo: Ática, 1997.

LEHER, Roberto; VITTORIA, Paolo; MOTTA, Vânia. **Educação e Mercantilização em Meio à Tormenta Político-Econômica do Brasil.** Germinal: Marxismo e Educação em Debate, Salvador, abr. 2017, v. 9, n. 1, p.14-24.

MANACORDA, Mario. **Marx e a Pedagogia moderna.** 2ª ed. Campinas, São Paulo: Alínea, 2007.

MELO, Adriana Almeida Sales de; SOUSA, Flávio Bezerra de. **A Agenda do Mercado e a Educação no Governo Temer.** Germinal: Marxismo e Educação em Debate. Salvador, ago. 2017, v. 9, n. 1, p. 25-36.

MONTALVÃO, Sérgio. **“A LDB de 1961: apontamentos para uma história política da educação”**. Revista Mosaico, (2010), n. 3, ano II, p. 21-39.

NIENCHOTER, Rosane; STEINDEL, Gisela Eggert. **Trajetórias sócio-escolares na Educação de Jovens e Adultos: uma leitura na perspectiva de Bernard Lahire**. 2013, V.22. p. 1-28.

OBSERVATÓRIO do PNE. **Plataforma online de monitoramento das metas e estratégias do PNE**. Disponível em: www.observatoriodopne.org.br. Acesso em: abril de 2019.

OLIVEIRA, Livia Benkendorf de. **Experiência de classe e experiência de gênero: trabalho, educação e (re)produção da vida social**. Niterói, 2015. 196 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

PAIVA, Jane; MACHADO, Maria Margarida e IRELAND, Timothy. **Educação de Jovens e Adultos: uma memória contemporânea, 1996-2004**. Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 2007.

PAIVA, Jane. **Direito à educação para quem?** In: Fórum EJA. Rio de Janeiro. 2007. Disponível em: <http://forumeja.org.br/rj/node/20>. Acesso em: junho de 2019.

PORCARO, Rosa Cristina. **A História da Educação de Jovens e Adultos no Brasil**. 2004.

ROMERO, Cristiano. **Os rumos da política educacional de Dilma**. Jornal de Todos os Brasis. Brasília, 2011. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/politicas-sociais/os-rumos-da-politica-educacional-de-dilma/>. Acesso em: maio de 2019.

RUMMERT, Sonia Maria. **A Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores brasileiros no Século XXI. O “novo” que reitera antiga destituição de direitos**. Sísifo. Revista de Ciências da Educação, jan/abr 2007, nº 2, p. 35-50.

RUMMERT, Sonia Maria; VENTURA, Jaqueline Pereira. **Políticas públicas para educação de jovens e adultos no Brasil: a permanente (re)construção da subalternidade – considerações sobre os Programas Brasil Alfabetizado e Fazendo Escola.** Educar, Curitiba, Editora UFPR. 2007, n. 29, p. 29-45.

SANTOS, Lucíola Licínio de Castro Paixão; DIAS, Regina Lúcia Cerqueira. **Trajetórias Escolares e Prática Profissional de Docentes da Camadas Populares.** Revista Brasileira de Educação. 2013, V. 12. p. 49-64.

SANTOS, Ademir José dos; GROSSI, Márcia Gorett Ribeiro. **Conhecendo o PROEJA: análise do documento-base da educação profissional.** 2010, V.15, n. 3.

SAVIANI, Dermeval. **Trabalho e Educação: Fundamentos Ontológicos e Históricos.** Revista Brasileira de Educação. jan./abr. 2007, v. 12, n. 34. p. 152-165.

SCHWARTZMAN, Simon, BOMENY, Helena Maria Bousquet e COSTA, Vanda Maria Ribeiro. **“Tempo de reforma”.** In: *Tempos de Capanema.* São Paulo: Paz e Terra/FGV, 2000, p. 189-270.

SCOCUGLIA, Afonso Celso. **História e educação popular na Paraíba (1961/1970).** Revista de Educação Pública. Cuiabá, 1999, v. 8, n. 14, p. 164-185. Disponível em: https://www.ufmt.br/revista/arquivo/rev14/histeduc_popular_na.html Acesso em: agosto de 2018.

SILVEIRA, Zuleide Simas da; CIAVATTA, Maria. **Celso Suckow da Fonseca.** Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana: UNESCO: MEC, 2010.

SILVEIRA, Zuleide Simas da. **Contradições entre capital e trabalho: concepções de educação tecnológica na reforma do ensino médio e técnico.** Jundiaí: Paco Editorial, 2010.

SILVEIRA, Zuleide Simas da. Edward P. Thompson: Método, categorias analíticas e fenômenos educacionais. **Revista Trabalho Necessário**, ano 12, nº 18, 2014.

SILVEIRA, Zuleide Simas da. Educação profissional. Desenvolvimento econômico e desenvolvimento científico-tecnológico. In: BATISTA, Eraldo Leme; MÜLLER, Meire. **Educação Profissional no Brasil: História, Desafios e Perspectivas para o Século XXI**. Volume II. Campinas, S.P.: Átomo & Alínea, 2015, p. 145-162.

VENTURA, Jaqueline Pereira. A Trajetória Histórica da Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores. In: TIRIBA, Lea; CIAVATTA, Maria. (orgs). **Trabalho e Educação de Jovens e Adultos**. Brasília: Liber Livro e Editora UFF, 2011, 276p. p. 57-97.